

Nenhuma Conciliação Com os Golpistas e Entreguistas! Defender a Constituição e as Conquistas do Povo!

2 VOZ OPERÁRIA

N.º 394 — Rio de Janeiro, 1.º de Dezembro de 1956

VIGILÂNCIA E AÇÃO UNIDA CONTRA OS INIMIGOS DA LIBERDADE

AS PROVOCACÕES golpistas das duas últimas semanas serviram para mostrar que o golpismo está cada vez mais profundamente empenhado em seus planos de mergulhar o país no terror e conta, para isso, com o apoio ativo do imperialismo norte-americano, que jamais vacilou ante qualquer processo para manter e ampliar suas posições em nosso país.

ERA visível que nos últimos tempos, intensificava-se a atividade golpista. A publicação do «depoimento» do sr. Juarez Távora, há meses anunciado, não somente seria o sinal para a ofensiva da imprensa ligada ao golpismo e ao entreguismo, como deveria pôr em intensa atividade empedernidos golpistas e entreguistas que não se conformam com as vitórias populares de 11 de novembro e 31 de janeiro e tudo fazem por levar o país a um retrocesso. Assim é que os inimigos da democracia não tardaram a pôr em circulação rumores de cunho alarmista e conhecidos golpistas concentraram-se no Rio à espera do momento adequado que seria o da eclosão da «crise militar» artificialmente criada por toda uma série de intrigas e insídias. O dispositivo golpista, enfim, em pleno funcionamento.

O «depoimento» do sr. Juarez Távora resume a plataforma do golpe: liquidação das liberdades constitucionais e entreguismo. O pretexto para rasgar a Constituição é o velho e desmoralizado «perigo comunista», uma vez mais feito bandeira esfarrapada do golpismo e instrumento de chantagem política para afastar dos postos de direção civis e militares que merecem a confiança popular, os homens que oferecem resistência à ditadura terrorista e aos planos colonizadores, e que têm à frente o general Teixeira Lott, ministro da Guerra, alvo, por isso mesmo, há bastante tempo dos ódios e intrigas dos inimigos da democracia e do progresso. É perigosa a tendência a fazer concessões — tendência evidenciada em atos antidemocráticos do governo — no terreno das garantias constitucionais.

SE, por temor ao povo e à participação ativa das massas trabalhadoras na vida política nacional, o sr. Kubitschek prefere o caminho das concessões com o fim de «apaciar» os golpistas e «tirar-lhes pretextos» para a agitação, não há dúvida de que seguiria por um caminho que leva ao desastre. A experiência dos últimos anos já demonstrou que é desastrosa a política de dar uma no cravo, outra na ferradura. Cada concessão feita é o degrau para outra concessão maior. Foi assim, por exemplo, que o golpismo encarou o fechamento da Frente de Novembro, após o qual lançou todas as forças para alcançar a demis-

são do ministro da Guerra e outros chefes militares do movimento de novembro. O que o povo exige do governo, e para isso não negará a este seu decidido apoio, é a manutenção das autoridades que merecem a confiança popular, é a garantia e o pleno respeito às liberdades constitucionais.

O «depoimento» do sr. Juarez Távora deixa bem claro o objetivo do golpe: atrelar o país ao imperialismo norte-americano, revogando, desde logo, as medidas nacionalistas já tomadas em relação ao petróleo, à energia atômica, aos direitos dos trabalhadores, etc.. Era isso o que exigiam, aberta e simultaneamente, os editoriais dos órgãos golpistas, no auge das provocações, evidenciando incontestavelmente que os fios da trama golpista encontram-se em mãos dos imperialistas norte-americanos. Por isso mesmo não se pode concordar — e não concordam as forças democráticas — com a tendência a concessões manifestada pelo sr. Kubitschek, nesse terreno onde, mais que em qualquer outro, a conciliação é absolutamente funesta. Quando o Presidente da República tenta, em seu discurso de 27, ligar a sorte de nosso país, no que se refere às aventuras militares do bloco ocidental, à política do Departamento de Estado norte-americano, enveredada por um caminho que só pode conduzir a um desfiladeiro perigoso no terreno da defesa da soberania e da independência de nossa pátria. Ligar nossa política externa ao carro imperialista do Departamento de Estado e condicionar a esta a política interna — como insinua o discurso presidencial — seria não somente pôr em jogo a soberania nacional, como voltar ao esquema falido da guerra fria, que justificou, durante tantos anos, a repressão ao movimento operário e democrático no país e a grosseira violação das liberdades constitucionais. Esse é o esquema do imperialismo e, não por outro motivo, o esquema dos golpistas e entreguistas, cínicamente proclamado nos últimos editoriais de sua imprensa.

O momento exige a união de todas as forças patrióticas e democráticas, de dentro e de fora do governo, para enfrentar e derrotar a trama golpista e para prosseguir no caminho da consolidação da ampliação das medidas nacionalistas já adotadas, que precisam ser levadas à prática conseqüentemente e para garantir o pleno respeito à Constituição. Quanto aos comunistas, deverão estar vigilantes e estender a mão a todos que, dentro ou fora do governo, se disponham a prosseguir no caminho da salvaguarda e da ampliação das liberdades e da independência nacional, do progresso material e cultural da nação.



UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

Artigos de:

Narceu de Almeida Filho — A unidade do Partido e a Resolução do CR do Rio.

Luís Ghilardini — Algumas Considerações Sobre a Resolução do CR de Piratininga.

— (NA PÁGINA 5) —

INJUSTIFICÁVEL A REMESSA DE TROPAS PARA O EGITO

(LEIA NA 4.ª PÁGINA)

POR QUE FALTA AGUA NO RIO?

— (Reportagem na 12.ª página) —

Declaração da Direção do P.C. Italiano Sobre Acontecimentos na Hungria e Polônia

(NA PÁGINA A CENTRAL)

GOMULKA CHEGA A MOSCOU



A delegação do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês e do governo da República Popular da Polônia chega a Moscou para conversações. Na estação da Bielorrússia, V. Gomulka é cumprimentado por N. S. Kruschiov, N. A. Bulgânin e K. E. Voroshilov — (TASS)

Declaração de Janos Kadar Sobre Os Acontecimentos na Hungria

SOBRE os acontecimentos na Hungria, o primeiro ministro (e primeiro secretário do Partido Socialista Operário Húngaro) Janos Kadar, concedeu a «L'Humanité», órgão do CC do PCF, importante entrevista, que resumimos a seguir:

«Os acontecimentos tiveram três causas.»

«A primeira são os erros que existiram realmente nos métodos de direção do Partido e do país, métodos que alteraram gravemente a ligação do Partido e do governo com as massas populares.»

«A segunda causa é que, se era justo ver esses erros, o modo pelo qual eles foram criticados foi mau. Por exemplo, a tendência que, nas fileiras partidárias, via principalmente estes erros e trazia a discussão para fora do Partido, quando era preciso discutir dentro deste. Do mesmo modo, há questões que podiam ser resolvidas no governo e que foram trazidas para a rua.»

«A terceira causa é que a contra-revolução, encorajada

por certos círculos imperialistas, escolheu o momento favorável e utilizou o movimento para seus fins.»

A MÃO DOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

«É verdade que, na primeira manifestação de 23 de outubro, as palavras de ordem eram sobretudo pela democratização no funcionamento do Partido e do governo, não se opunham ao socialismo. Mas, desde esta primeira noite, sentia-se a mão da contra-revolução.»

«Esta característica surgiu ainda mais claramente após as três primeiras horas da batalha que começou desde a primeira noite. Jovens que haviam participado da manifestação diante do monumento do general Bem foram orientados, manifestamente segundo um plano, em três direções. Um primeiro grupo foi encarregado de ir ao Parlamento, apresentar uma lista de reivindicações. Um segundo grupo teve a missão de atacar a estátua de

Stalin. Um terceiro foi enviado à emissora, com o fim de atacá-la e exigir a leitura das quinze reivindicações.»

«Foi aí que soaram os primeiros tiros. É importante dizer, para compreensão dos acontecimentos, que foram os manifestantes que abriram fogo contra os soldados que guardavam a rádio; é preciso saber que os soldados da rádio tinham recebido ordem formal de não se servirem das armas.»

DIREÇÃO MILITAR EFICIENTE

«Mas enquanto os manifestantes eram assim orientados em três direções, outras forças já entravam em ação. Depois das 19.30 assistiu-se, durante três horas, aos seguintes fatos:

« — Um grupo armado tomou a seção de linhas estrangeiras do «Centro Joseph» (centro telefônico). Ao mesmo tempo um outro grupo dirigiu-se a ocupar um depósito de 60 caminhões. Um terceiro atacou o jornal «Szabad Nep» e sua oficina. Um quarto tomou de assalto a fábrica de lâmpadas, transformada em fábrica de armas. Um quinto grupo, enfim, lançou-se ao ataque a um depósito de munições na rua Timoth. A seguir, de posse dos caminhões, os contra-revolucionários foram da rua Timoth à fábrica de lâmpadas e se apossaram de uma grande quantidade de armas e munições. Os acontecimentos tomaram, então, uma amplitude muito maior. Esses fa-

tos mostram que se estava diante de uma direção militar bem preparada.»

MASSACRES CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Janos Kadar recorda que quando, em 1919, a contra-revolução atacou a Comunidade Húngara, começou o ataque precisamente contra o Parlamento e a seção de linhas estrangeiras do «Centro Joseph». Refere-se, adiante, ao terror branco agora desencadeado pelos contra-revolucionários, tal como em 1919.

«Os terroristas reclamavam o cessar-fogo, que não era aplicado senão unilateralmente, pelas forças que defendiam o governo Nagy. As forças soviéticas retiravam-se de Budapeste. É então que, por exemplo, teve lugar o ataque à sede da Federação de Budapeste do Partido, onde 60 pessoas que lá se encontravam, entre as quais o camarada Imre Mezo, foram massacradas. Ali houve cenas sem nome. Homens vivos tiveram o coração arrancado do corpo, bem como outros órgãos. Uma mulher foi trucidada a pontapé. Ataques semelhantes foram realizados contra outras sedes. Assim começaram os massacres contra-revolucionários. Na tarde desse dia as árvores da Avenida Stalin e do Bois-de-la-Ville estavam cheias de enforcados. Esses fatos prosseguiram sob o governo de Imre Nagy. No campo os massacres começaram.»

Nesta situação, e reinando o desentendimento no go-

verno, onde os representantes da direita exigiam concessões cada vez maiores, Janos Kadar e outros resolveram denunciar o governo de Nagy, afastar-se dele e constituir um novo governo.

«Imre Nagy se deixava arrastar mais e mais à direita, sem atentar ao que se passava em baixo, nas ruas, onde corria sangue. Assim, no alto, uma cortina de «democracia»; em baixo, nas ruas, a realidade dos crimes contra-revolucionários.»

APELO AO EXÉRCITO SOVIÉTICO

«É então que, para não deixar prosseguir o terror branco e anular-se o poder popular, nosso governo apelou ao exército soviético para salvar o socialismo e a paz.»

«A contra-revolução foi vencida em algumas horas. Em Budapeste, com o fim de limitar ao máximo as destruições, teve que durar um dia ou dois o esmagamento de alguns focos de resistência.»

«Depois desse momento, a contra-revolução mudou de tática. Ela substituiu as armas pelo boicote e a greve. Ela ensaiou retomar a atitude anterior protegendo-se sob palavras de ordem que podem ainda influenciar algumas camadas do povo, inclusive da classe operária. Por exemplo, ela agita a palavra de ordem do retorno de Imre Nagy à frente do governo, mas não é difícil perceber de onde veem essas palavras de ordem quando se sabe que o cardinal Minds-

zenty, da embaixada estrangeira onde está refugiado, acaba de exprimir sua preferência por um governo chefiado por Imre Nagy.

«Estas manobras políticas combinam-se com as dos agentes do terror e com a difusão sistemática de falsas notícias.»

«Desde logo, não há nenhuma dúvida de que a imensa maioria dos trabalhadores quer o retorno à vida normal e, portanto, a volta ao trabalho. Estamos convencidos do sucesso na defesa e na consolidação das conquistas socialistas na Hungria, de novos progressos socialistas na correção dos erros do passado. Nós seremos compreendidos pelo povo.»



IANOS KADAR

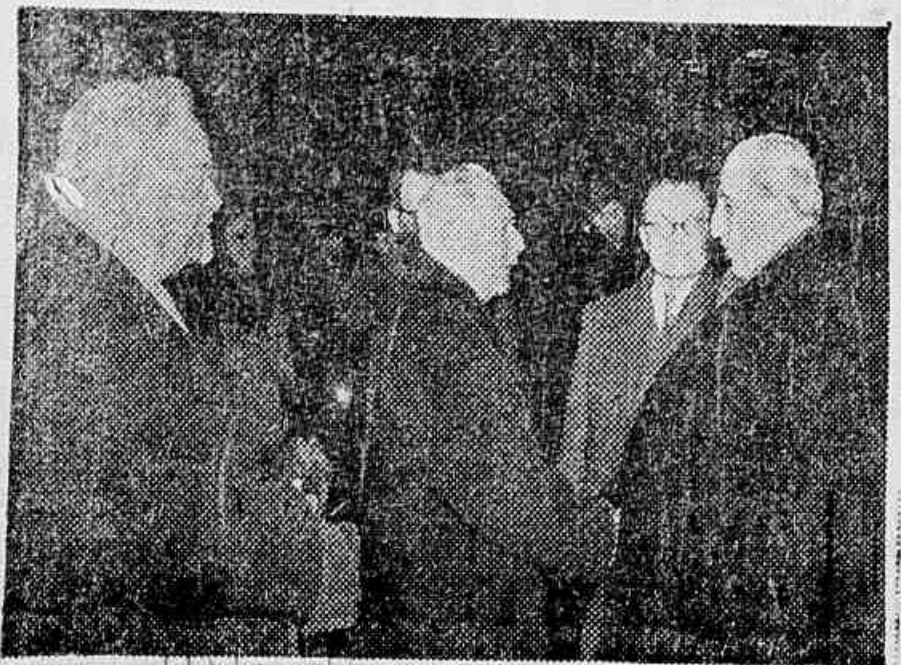
ACÓRDO COM A BÉLGICA

Van Acker, primeiro-ministro da Bélgica, e Paul Spaak, ministro das Relações Exteriores, visitam o Kremlin durante sua permanência na capital soviética. Por ocasião da visita de boa vontade dos dois titulares do governo belga, U.R.S.S. e Bélgica firmaram um acordo que melhora as relações entre os dois Estados (TASS).



Refôro da Independência

A fim de reforçar sua independência, os países árabes estabelecem laços de amizade mais sólida com a U.R.S.S. Com esse objetivo, esteve recentemente em Moscou o Presidente da República da Síria, Chukri Kouatli. No aeroporto central de Moscou, o Presidente da Síria é recebido por Voroshilov e Bulganin (TASS).



Situação no Oriente Médio

Do ponto de vista prático, nas próximas semanas, dois fatos serão predominantes na crise do Oriente Médio: o processo de retirada das forças anglo-francesas invasoras do Egito e a desobstrução do Canal de Suez, impedido para a navegação, precisamente em consequência do ataque que elas desfecharam contra aquele país.

Nada indica que os dois aspectos possam baralhar-se a ponto de levar a uma nova crise militar. Na realidade, desde o cessar fogo ordenado pela ONU, o perigo de conflagração geral naquela área está bastante reduzido. Londres e Paris, que pretendiam apresentar uma política de fatos consumados depararam-se, agora, com uma consumada derrota, no plano político e militar: falharam na conquista do Egito e no domínio do Canal; viram-se isoladas na Organização das Nações Unidas; alteraram-se as relações entre seus aliados, inclusive entre as duas potências agressoras e os Estados Unidos da América. Por outro lado, a colaboração entre os países árabes e os Estados socialistas saiu reforçada principalmente no que diz respeito à URSS; o bloco afro-asiático demonstrou novamente sua solidariedade e os três principais países árabes do Oriente Próximo e Médio — Egito, Síria e Arábia Saudita — reforçaram-se politicamente.

Uma das principais lições da presente crise é a grande força que tem no mundo moderno a defesa da paz, baseada sobretudo na existência de um poderoso grupo de Estados socialistas de crescente peso político, econômico e militar nos assuntos internacionais. O auxílio que esses Estados podem prestar e se dispõem a prestar aos países agredidos altera radicalmente as disposições de forças e permite aos povos dependentes, sobretudo aos de certas áreas, travar com vantagem a luta pela independência. Os aventureiros colonialistas devem, agora, contar não apenas com a resistência daqueles a que pretendem escravizar mas, também, com a certeza de que, outros povos não cruzarão os braços em face de tais iniciativas.

A imediata retirada anglo-francesa foi decidida pela Assembléia Geral por 63 votos contra 5 e 10 abstenções. É verdade que a interpretação do que seja «imediata» permanece dando margem a querelas e dúvidas: os Estados afro-asiáticos (autores da moção vitoriosa) e os socialistas entendem, com razão, que a ordem significa o abandono sem mais tardança do Egito, por parte das forças agressoras; a Grã-Bretanha, a França e mesmo os Estados Unidos (Lodge, no caso, apoiou o bloco afro-asiático)

relacionam a retirada com o desembarque de forças da ONU. Nessa altura dos acontecimentos, entretanto, as falsas interpretações franco-britânicas mais se destinam a «salvar a face» de seus governos do que a qualquer outra coisa. Por outro lado, os protestos egípcios contra a demora em se retirarem ingleses e franceses visa mais ao efeito político de desmascaramento integral dos colonialistas do que ao preparo de novas medidas militares.

Após o desastre político e militar que sofreram a Inglaterra e a França, qualquer tentativa da parte desses países no sentido de se manterem nas posições conquistadas estaria de antemão condenada ao fracasso, tanto mais que a fórmula condicional que pretendiam impôr na ONU foi por esta rejeitada. Ora, de vez que não puderam conquistar o Canal, mas apenas controlar uma de suas bocas, as duas grandes potências agressoras têm, agora, o feitiço virado contra o feiticeiro: estão a caminho do raciocinamento do petróleo, em vista do corte em oleodutos que atravessam países árabes e do impedimento do Canal; veem-se, assim, obrigados a imensas despesas para adquirir combustível norte-americano cuja necessidade facilita a pressão que contra elas exerce o Departamento de Estado. Mais que para o próprio Egito, o desimpedimento do Canal tornou-se indispensável para a Grã-Bretanha e França. E só haveria dois caminhos para obter isso: seu domínio completo sobre a via de Suez ou a retirada das tropas, para que o Egito concordasse em, auxiliado pela ONU, criar novas condições de trânsito. A primeira solução já se revelou impossível e a tentativa de alcançá-la levou os imperialistas anglo-franceses a seu maior desastre de após-guerra. A segunda hipótese é a única viável sem recurso a uma guerra que foi rejeitada como solução pelas duas maiores potências da terra e pela maioria esmagadora das nações.

A crise do Oriente Médio encerra uma das suas etapas mais perigosas. Nela afirmou-se a determinação dos países árabes de lutarem pela independência nacional e sua amizade com os países socialistas, sobretudo a URSS. Quanto às potências ocidentais, enquanto duas delas sofreram irreparável desastre, a terceira, os Estados Unidos da América, consolidaram certas posições ou as ampliaram em detrimento de seus sócios capitalistas. Deu-se, pois, importante transformação em toda a área. As próximas semanas ou meses dirão com mais clareza de sua repercussão internacional.

Dividir as Forças de Novembro a Técnica Ianque do Golpismo

Uma vez mais o golpismo volta a rondar as portas dos quartéis. Para tanto foi provocada uma susboação esta semana e que o governo procurou contornar com medidas que, na prática, trazem água ao moinho do golpe e da reação (fechamento da Frente de Novembro, ameaças contra outras entidades de caráter democrático).

A CHAMADA «CRISE MILITAR»

O pretexto para a crise militar foi a homenagem do dia 12 do corrente ao ministro da Guerra, homenagem que as vívulas do golpe tentaram apresentar como «movimento subversivo» de inspiração «comunista». Era natural esta exploração torpe: a liquidação dos chefes militares que dirigiram o movimento de novembro seria meio caminho andado para a execução dos planos dos baderneiros fascistas do tipo Lacerda e Pena Boto.

Com semelhante exploração tentou-se atrair ao jôgo do golpismo alguns militares que temem a participação do povo na vida política e, muito particularmente, a participação das massas trabalhadoras.

Nisto se resume a «crise militar».

A DIVISÃO, TÉCNICA DO GOLPE

Isto não quer dizer, porém, que a nova insídia golpista se tenha detido às portas dos quartéis. Ela se desenvolve, favorecida pelas concessões do governo às manobras dos próprios golpistas e estimulada pela pressão do imperialismo ianque para maiores concessões em nosso país.

A técnica do golpismo é, no momento, a mais furiosa tentativa de divisão das forças que se uniram em novembro do ano passado para impor o respeito à vontade das urnas e à Constituição.

A CAMPANHA ANTICOMUNISTA

Daf a histeria anticomunista que passou a dominar as

páginas de certos jornais de orientação bem conhecida e levadas a efeito por organizações fascistas como a «Cruzada» de Pena Boto, os «Águias Brancas» e setores reacionários do alto clero.

Com este anticomunismo pretende-se (isto é, assoalhadado pela imprensa do golpe:

1) um «expurgo nas forças armadas», procurando atingir todos os oficiais democratas e de convicções nacionalistas. (A mesma técnica foi utilizada quando se preparava o golpe deferido a 24 de agosto contra o governo Vargas. E não por acaso o golpista Pena Boto figurou como um dos principais inquisidores desse expurgo;

2) o fechamento de jornais populares que têm sido um dos principais meios de desmascaramento das conspirações golpistas;

3) o fechamento de todas as entidades que realizem a unidade das forças que se batem pelas liberdades constitucionais, em defesa dos interesses nacionais e pelas reivindicações populares.

Se a intriga golpista, agora fantasiada com a máscara de «anticomunismo» e à qual procuram dar um apelo indireto certas figuras do clero carioca ao patrocinar manifestações provocativas com a suposta «solidariedade à Hungria» — isto é, aos bandos fascistas de Horthy — pudesse alcançar estes objetivos, não resta dúvida que terá limpado o caminho para a instauração no país de uma ditadura terrorista.

REVELAÇÃO CINICA DOS OBJETIVOS DO GOLPE

Entretanto, os objetivos mais profundos deste anticomunismo golpista foram revelados SIMULTANEAMENTE, no dia 27 de novembro, pelo «O Globo» e a «Tribuna da Imprensa».

Destilando a baba do ódio e da calúnia contra o movimento nacional-libertador de novembro de 35, os dois jornais, porta-vozes categorizados do golpismo dizem, abertamente, sem meios palavras,

qual «o comunismo» que se pretende combater a ferro e fogo.

Este «comunismo» é, segundo «O Globo», a Petrobrás. «Que querem esses homens (os defensores da Petrobrás) afinal? — pergunta o jornal de Roberto Marinho. E responde: «Não querem nada de construtivo, de útil, de progressista para o Brasil. Por eles, se houver nova guerra geral, o Brasil ficará parado, literalmente parado, com vapores potas de óleo combustível dos poços do Recôncavo...»

Este «comunismo» é, ainda, o movimento patriótico em defesa dos nossos minerais atômicos, graças ao qual — são palavras do «O Globo», «o sr. Juscelino Kubitschek foi forçado pelos novembristas, com o general Teixeira Lott à frente, a denunciar em agosto o acordo que ele mesmo celebrara, três meses antes, com o governo dos Estados Unidos».

Para o provocador Carlos Lacerda devesse combater a ferro e fogo a mesma orientação nacionalista, a pretexto de combate à infiltração «comunista». E' o que declara, citando seus padrões norte-americanos, para os quais o maior dos triunfos do comunismo «é o modo pelo qual o comunismo permeou grupos que dão voz e expressão ao novo espírito de ultranacionalismo agora tão disseminado nessa região (América Latina). «Comunismo» para Lacerda e seus assessores ianques é bater-se pela «eliminação da exploração imperialista, isto é, dos Esta-

dos Unidos», pela «nacionalização das fontes de matérias primas», etc.

A provocação anticomunista surge, assim, sem mais qualquer máscara, como uma declaração de guerra, aberta, aos vastos setores que em nosso país se batem por uma política de orientação nacionalista e de independência nacional, setores entre os quais se encontram, naturalmente, os comunistas.

PELA UNIDADE, CONTRA O DIVISIONISMO

É evidente, nestas condições, que a única medida eficiente para o esmagamento do golpismo é o fortalecimento da unidade de todas as forças, sem exceção, que se batem pela manutenção da legalidade democrática e por uma política de defesa das riquezas e do progresso nacionais. Qualquer ato ou concessão que leve ao enfraquecimento ou à cisão desta unidade é, conscientemente ou inconscientemente, uma contribuição ao plano golpista e entreguista que visa, precisamente, à divisão dessas forças.

Por tudo isto não se pode deixar de combater, dentro de amplo espírito unitário, certos atos recentes do governo que, cedendo às provocações anticomunistas, violando mesmo as franquias constitucionais, procura dificultar a união das forças capazes de defender as instituições democráticas e a soberania popular contra as arremetidas da conspiração golpista.

Em Qualquer Situação, o Caminho Justo é a Petrobrás

A AGRESSÃO anglo-franco-israelense ao Egito, provocando a obstrução do canal de Suez, criou dificuldades ao abastecimento de petróleo na Europa ocidental. Como se sabe, Suez é a via normal e mais econômica para o transporte do petróleo do Oriente Médio aos países do ocidente europeu.

Nesta base, tenta-se em nosso país uma larga chantagem para golpear a «Petrobrás», com a afirmação de que a vida econômica do Brasil estaria na iminência de paralização se não chamarmos, urgentemente, companhias estrangeiras para nos «ajudar» a pesquisar e industrializar as reservas petrolíferas nacionais. A «tese» entreguista foi sustentada, durante dias, no auge da crise de Suez, por alguns jornais do Rio, como o «Correio da Manhã» e «O Globo». Com a repulsa imediata que encontrou, a campanha insidiosa foi paralisada nos jornais, mas continua sordidamente junto aos órgãos da administração pública. A verdade é que os trustes norte-americanos voltam, uma vez mais, a jogar nas ameaças de guerra para obterem concessões em nosso país, particularmente em relação ao petróleo, aos minerais atômicos e a bases militares.

O caminho justo é o da Petrobrás

Mas a realidade nos indica que o caminho escolhido em relação à indústria petrolífera — o monopólio estatal, através da Petrobrás — é o único justo, patriótico e válido para qualquer situação: quer para um período de paz e normalização das relações internacionais, quer para um período de tensões como o que tentam abrir as potências imperialistas.

Os dados estatísticos mostram que se verifica uma considerável redução das nossas importações de gasolina e outros derivados do petróleo, em consequência do rápido aumento da produção nacional. Assim é que, de janeiro a julho deste ano importamos, apenas, 2.349.115 barris de gasolina estrangeira, quando no mesmo período do ano passado, tivemos de importar 6.040.035 barris. Nos sete primeiros meses deste ano produzimos no país 10.028.447 barris de gasolina — isto é, o dobro da produção nos sete primeiros meses do ano passado, que foi de 5.389.726.

O petróleo importado

E' bem verdade que, para atender às necessidades das refinarias nacionais, aumentou a importação de óleo bruto, que passou de 13.810.097 barris no período de janeiro a julho do ano passado a 22.049.925 no mesmo período deste ano. Este aumento, entretanto, não sacrificou de nenhum modo a grande economia de divisas que temos obtido com a redução das importações de gasolina, óleo combustível, solventes, etc., porquanto o óleo cru é cerca de 50 por cento mais barato que os derivados.

Pode-se alegar que não se trata, agora, de economia de divisas, mas justamente da importação do petróleo necessário à refinação no país. Se houver crise de abastecimento, como o Brasil poderia satisfazer as necessidades do consumo interno?

Ainda aí temos de admitir que não é possível outra solução senão através da Petrobrás caso surja em consequência

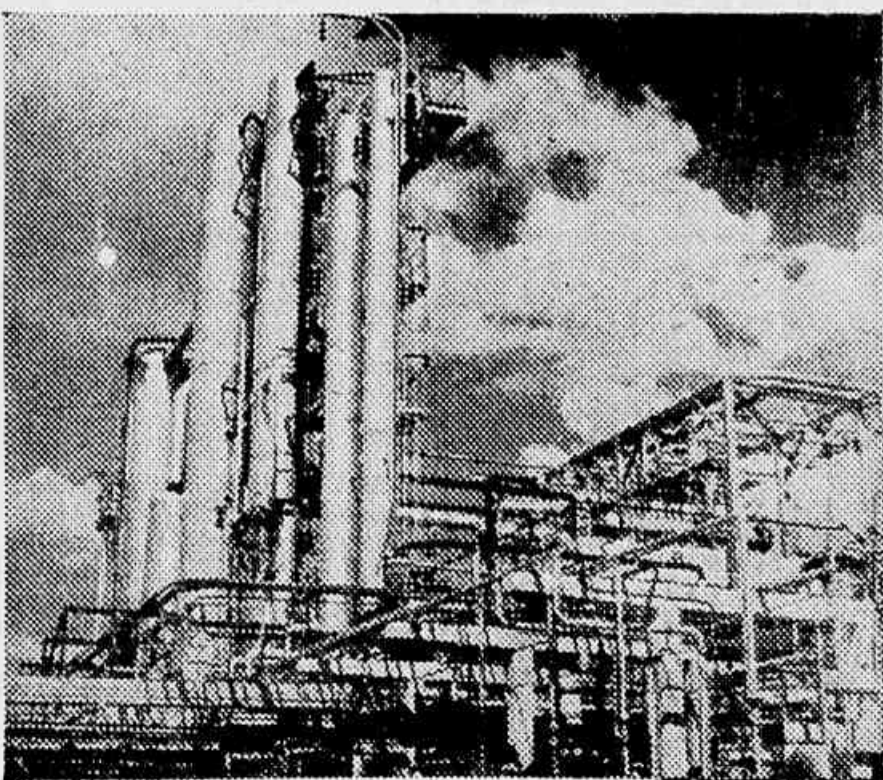
trobrás. A empresa estatal vem demonstrando suficiente eficiência nos trabalhos de perfuração, com os recursos de que dispõe. Já em fins do ano passado o ritmo de perfuração era quase três vezes o de 1951; a produção de petróleo, o dobro da produção do primeiro semestre de 1951. Atualmente, os progressos são ainda maiores. Como declarava, não faz muito, um técnico norte-americano, nenhuma empresa estrangeira poderia fazer mais do que tem feito a Petrobrás com os recursos de que dispõe.

Não solucionaria nem tecnicamente o problema

Ora, a entrega de concessões a companhias estrangeiras para pesquisa e lavra de petróleo, em nosso país, de nenhum modo solucionaria qualquer crise no abastecimento de petróleo que por de complicações maiores no

O Oriente Médio. O ritmo de perfurações das empresas estrangeiras não permitiria, para usar uma expressão cara ao entreguismo do sr. Juarez Távora, que tivéssemos mais petróleo em tempo útil, numa situação de emergência. Teríamos de contar, mesmo, com a produção da Petrobrás e unicamente com ela, durante um período mais ou menos longo.

Por isto, nem mesmo uma situação de «emergência», poderia justificar qualquer alteração no regime da Petrobrás, encarando-se apenas o lado «técnico» da questão. Quanto ao lado político e econômico, nem é preciso discutir que isto significaria colocar nosso país, precisamente, na situação em que se encontram os países petrolíferos do Oriente Médio, espoliados pelos monopólios imperialistas e ameaçados de intervenções militares quando reclamam sua independência nacional.



RESOLUÇÃO DO C.C. DO P.C.B.

O Comitê Central acolheu com grande satisfação a Carta do camarada Prestes sobre o debate que ora se desenvolve em nosso Partido.

O Comitê Central considera que a Carta do camarada Prestes dá indicações oportunas e concretas para elevar o nível do debate e colocá-lo no justo caminho da defesa dos interesses do Partido.

O Comitê Central, após discutir a Carta do camarada Prestes, resolve aprovar a orientação nela traçada e levá-la a todo o Partido e ao povo.

A defesa intransigente do internacionalismo proletário, da doutrina marxista-leninista, do Partido e de seus princípios constitui dever indeclinável dos comunistas. O Comitê Central unido resolve tomar em suas mãos a defesa destas questões de princípios, adotando as medidas adequadas à sua rigorosa observância. Tais questões encarnam a própria razão de ser de nosso Partido e, por isso, acima de tudo e em qualquer circunstância, devem ser defendidas com firmeza e determinação inquebrantáveis.

O Comitê Central, convicto de que encontrará em nossas fileiras apoio unânime e firme no cumprimento desta decisão, concita o Partido a prosseguir no debate com calor revolucionário, guiado pelos grandes princípios que norteiam a vida do Partido e tudo fazendo para bem servir ao nosso povo.

A unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas, pois constitui fator fundamental da unidade indestrutível do Partido. Esta é a garantia básica para a vitória de nossa nobre causa. A discussão que encetamos deve prosseguir com o objetivo de fortalecer ainda mais o Partido e sua unidade, e de alcançar maior eficiência na execução de suas tarefas.

Novembro, 1956

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Os Sindicatos São Muito Mais Que Simples "Correias de Transmissão"

N. DA REDAÇÃO — Di Vittorio, presidente da Confederação Geral Italiana do Trabalho (C.G.I.L.) e membro do C. C. do P.C.I., concedeu importante entrevista à revista «Parlamento», na qual focaliza importantes aspectos do movimento sindical. Em face da importância dos temas apresentados, traduzimos de «L'Unità» alguns trechos da entrevista.

Explicando porque os velhos militantes do movimento sindical italiano ingressaram, em sua maioria, nas fileiras do Partido Comunista, Di Vittorio cita dois fatos primordiais. O primeiro foi a Grande Revolução Socialista de Outubro, na Rússia, que mostrou que a tomada do poder pelo proletariado só podia ser obra de um partido revolucionário e não de um movimento sindical. O segundo, foi o advento do fascismo na Itália, que revelou igualmente a impossibilidade de o movimento sindical por si só, sem um centro coordenador e um plano de ação traçado por um Estado-Maior político, utilizar todas as forças de que é capaz para liquidar um ataque de surpresa da reação.

A FUNÇÃO DOS SINDICATOS

Di Vittorio prossegue:

«O exame crítico que nós, velhos sindicalistas, fizemos desses dois fatos históricos de tão ampla significação, levou-nos a constatar que o Sindicato, por sua natureza, é um instrumento indispensável e insubstituível dos trabalhadores para a defesa de seus próprios interesses de classe contra o grande patronato, para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, para a obtenção de determinadas reformas sociais — exercendo, assim, uma grande função de estímulo ao desenvolvimento produtivo e ao progresso geral da sociedade — mas não

é suficiente nem para a conquista do objetivo da completa emancipação do trabalho, nem para a resistência vitoriosa contra a ofensiva patronal de tipo fascista. Desta constatação chegamos à conclusão que a classe operária tem necessidade de algo mais que do Sindicato (o qual, para preencher com êxito os seus objetivos, deve organizar todos os trabalhadores de qualquer ideologia ou crença religiosa), mas também de um partido revolucionário, político e ideologicamente homogêneo, bem organizado e disciplinado, que reúna as condições necessárias para abrir o caminho à emancipação do trabalho — ou seja, para o socialismo — e esteja em condições de enfrentar com êxito toda ofensiva reacionária, mesmo de tipo fascista, dos setores privilegiados e ferocemente conservadores. Eis porque muitos outros companheiros sindicalistas e eu decidimos aderir ao P.C.I.

Por outro lado, não é exata a parte de sua pergunta que atribui ao Partido Comunista a tese de que «os sindicatos devem ser simples instrumentos da vontade do Partido. Semelhantes teses foram defendidas por alguns partidos comunistas, em determinadas condições históricas e no passado, em condições que não correspondem absolutamente à situação italiana e à sua perspectiva de progresso social e democrático. Recordarei, inclusive, que no famoso pacto unitário de Roma entre os três grandes partidos de

DI VITTORIO, EM IMPORTANTE ENTREVISTA, ANALISA AS RELAÇÕES ENTRE O SINDICATO, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O ESTADO — O PROBLEMA DOS SINDICATOS UNITÁRIOS

massas (P.C.I., P.S.I. e D.C.), do qual nasceu, em 1944, a C.G.I.L., se afirmava explicitamente a independência dos sindicatos de qualquer partido político. Este mesmo conceito foi inserido nos Estatutos da C.G.I.L. unitária, aprovados unanimemente no I Congresso Nacional (Nápoles, fevereiro de 1945).

PARTIDO COMUNISTA E SINDICATO

Em consequência da experiência de todos esses anos — parte positiva e parte negativa — a tese da independência efetiva e completa do Sindicato em face do Estado e de todos os partidos — condição preliminar e básica de sua unidade — tornou-se um axioma para todos, inclusive para o Partido Comunista. Comprova-o o texto do projeto de teses do P.C.I. para o seu próximo congresso. No texto desse projeto, há pouco publicado, afirma-se, entre outras coisas:

«Os comunistas propugnam e defendem a plena autonomia dos sindicatos...» E mais: «Os comunistas afirmam que não se pode, hoje, na Itália, limitar e restringir a função do sindicato a de uma simples correia de transmissão deste ou daquele partido. As relações entre os partidos operários e os sindicatos pertencem a dialética interna do movimento operário e não podem comprimir o Sindicato a uma posição de subordinação.»

Como se vê, os tempos estão mudados e a experiência sugere uma mais ampla e clara concepção do sindicato e de sua função. E desta evolução nós sindicalistas de todos os partidos, podemos reivindicar um certo mérito.

P. — A opinião pública apreciou, bastante, a nítida, corajosa posição de sua organização em face dos acontecimentos da Polónia e da Hungria, que comoveram o mundo inteiro. Esses acontecimentos, que não serão talvez os últimos, não provam, por acaso, a justiça da velha concepção do sindicalismo, que não admite nenhuma influência, direta ou indireta, dos partidos nos sindicatos?

R. — A esta pergunta já respondi, em parte, no ponto precedente. Creio necessário, todavia, acrescentar alguns esclarecimentos.

Sobre o princípio de enterrar nos sindicatos toda influência externa, do Estado, dos partidos ou qualquer outra, estamos todos de acordo, como já vimos. Mas os sindicatos são compostos de homens, os quais têm opiniões políticas e posições ideológicas diversas e muitos deles são inscritos em vários partidos que têm influência entre as massas trabalhadoras. Outros trabalhadores, pelo contrário, não pertencendo a nenhum partido, têm, em geral, opiniões políticas e inspirações ideológicas próprias. Este fato — seja dito em passant — constitui a prova objetiva de quanto afirmei na resposta à sua primeira pergunta: isto é, que o sindicato satisfaz (ou pode satisfazer) determinadas exigências econômicas e sociais do trabalhador, enquanto tal, qualquer que seja sua opinião política ou fé religiosa, mas não pode satisfazer à exigência política e ideológica do cidadão trabalhador. Isto explica e justifica a existência simultânea dos sindicatos e dos partidos: no campo operário, como, de resto, no patronal.

AS POSIÇÕES POLÍTICAS DOS SINDICATOS

Noutras palavras: os trabalhadores têm interesses econômicos e sociais comuns a defender diante do patronato e do Estado, mas têm ideologia diversa. Por isto os trabalhadores podem e devem estar unidos no terreno sindical (quanto mais estiverem unidos, melhor farão valer seus direitos — o que torna necessária a unidade sindical), mesmo estando divididos e inscritos em vários partidos, no terreno político e ideológico.

Para que o sindicato cumpra com êxito seus objetivos de defesa dos interesses econômicos e sociais dos trabalhadores deve ser numeroso, forte, representativo de todas as categorias (deve ser, portanto, unitário, para o que deve atrair ao seu seio os trabalhadores de todos os partidos e sem partido). O problema que se coloca diante do sindicato unitário não é apenas o de libertar-se de toda influência dos partidos. Para salvaguardar a própria unidade — e mesmo a própria eficiência — o sindicato deve ter em conta que dele participam trabalhadores de diferentes e até opostas ideologias, pelo que é obrigado, ao assumir determinadas posições, a não chocar os sentimentos e as convicções dos trabalhadores de qualquer corrente. Daí deriva a necessidade de que o sindicato, como tal, se abstenha de tomar posição própria sobre problemas de natureza estritamente política — aqueles que não tenham uma relação direta com as funções sindicais específicas — para não chocar nenhuma das partes, ou correntes que o compõem.

Isto não quer dizer, por outro lado, que o sindicato deva ser completamente apolítico. Vários são os problemas políticos que se inter cruzam com os problemas sociais e que, portanto, podem ser de grande interesse para todos os trabalhadores. Sobre problemas políticos de tal gênero, portanto, o sindicato deve adotar e sustentar ativamente uma posição própria, sabendo que esta é compartilhada e acolhida por todos os trabalhadores.

Injustificável e Prejudicial a Remessa de Tropas Para o Egito

O Congresso aprovou e o governo já sancionou o projeto que autoriza o envio de um contingente de tropas brasileiras para integrar a Força Internacional de Polícia da ONU na zona do Canal de Suez.

Na situação em que se processará, esta remessa de soldados brasileiros para o exterior é inquietante, pois abre um precedente perigoso para o envolvimento de nosso país nas aventuras belicistas a que se entregam, no momento, as grandes potências imperialistas.

É verdade que o Secretário da ONU reconheceu as exigências do governo egípcio para a presença da Força Internacional de Polícia em seu território. Mas é também verdade que os agressores imperialistas anglo-franceses (e, atrás deles, o próprio imperialismo norte-americano) tentam utilizar a decisão da ONU para impor ao governo do Egito o plano dos colonialistas, concertado na conferência de Londres, de «internacionalização do Canal de Suez» sob controle, na prática, dos antigos proprietários da Cia. do Canal de Suez (Inglaterra e França). É clara a manobra da França, da Inglaterra e dos E.E. UU. para transformarem a decisão da ONU, não em medida efetiva para a manutenção da paz no Oriente Médio e de salvaguarda da soberania do Egito, mas de imposição de suas soluções para a questão do Canal de Suez.

Nestas condições, as tropas brasileiras que integrarão a Força de Polícia da ONU poderão, à revelia das aspirações de nosso povo, ser utilizadas contra direitos líquidos e indiscutíveis do povo egípcio. Esta ameaça é tanto mais concreta quanto o próprio governo brasileiro, ainda atado à estratégia do Departamento de Estado norte-americano, se recusou até agora a tomar uma posição clara e definida diante do direito do povo egípcio à posse e gestão do Canal de Suez. Igualmente, o governo brasileiro não adotou nenhuma atitude de condenação à agressão anglo-franco-israelense contra o Egito — o que torna a presença de soldados brasileiros naquele país absolutamente injustificável, pois não se sabe se irão proteger o agredido contra novas ameaças de agressão ou se terminarão como auxiliares indiretos, e até involuntários dos agressores, para a imposição das exigências destes ao povo egípcio agredido. Basta ver que a chamada Força de Polícia da ONU no Egito nada pode fazer para determinar a retirada das forças agressoras do território daquele país, e sim, apenas, para manter o «status-quo» — isto é, a ocupação atual de partes do solo egípcio por tropas israelenses, inglesas e francesas!

Por outro lado, como denunciou recente resolução do C.C. do P.C.B., os imperialistas norte-americanos estão se aproveitando da situação criada com a agressão no Egito para exigir bases em nosso país (foi há pouco denunciada a tentativa de instalação de uma base ianque em Fernando Noronha) e, também, «livre trânsito» de suas tropas e de tropas de outros países pelo nosso território. Esta última exigência é, aliás, facilitada e acolhida pela lei que autoriza o envio do contingente expedicionário para o Egito.

Por todos estes motivos, o envio de tropas brasileira para (CONCLUI NA 7.ª PAG.)

Resolução do Pleno Ampliado do C.R. de Campinas do P.C.B.

«O Pleno Ampliado do Comitê Regional de Campinas do Partido Comunista do Brasil, depois de amplos e democráticos debates em torno do Projeto de Resolução do C.C., concluiu o seguinte:

1 — Os debates ora iniciados colocam o C.R., os C.C. ZL, os CC. DD., as OO. BB. e seus militantes frente a importantes questões a serem resolvidas nas posições políticas e ideológicas do Partido na Região. Cria-se a necessidade de examinarmos a nossa atuação na luta pela unidade da classe operária e sua aliança com os camponeses e nossas posições políticas frente a todas as demais classes e camadas sociais da Região; e os nossos métodos de trabalho nas relações com as organizações de massas, sindicais, culturais e políticas.

2 — Torna-se necessário examinar os métodos de trabalho com relação ao Partido e suas formas de organização. A mudança nos métodos de trabalho deve ser feita ligada ao profundo exame das causas que geraram os erros, suas formas e consequências na atividade do Partido na Região.

3 — Que é necessário orientar-se os debates em ambiente de ampla democracia interna, espírito de camaradagem e fraternidade revolucionária. Os debates devem ser realizados ao lado do reforço da unidade do Partido em torno do Comitê Central e na luta pela aplicação da orientação política traçada no Projeto de Resolução.

O Comitê Regional de Campinas, em seu pleno ampliado, julgou necessário examinar a situação de muitos militantes e dirigentes que foram ou se encontram afastados por motivos da violação da democracia interna, injustiças e arbitrariedades cometidas na Região.

O Comitê Regional de Campinas, em seu pleno ampliado, decidiu convidar todos os militantes e amigos do Partido a discutirem amplamente o Projeto de Resolução em ligação com os problemas atuais de todo o povo na Região.

Foi aprovada uma saudação e solidariedade ao povo egípcio em sua luta de libertação nacional contra os agressores anglo-franceses.

— Por decisão do Comitê Regional, os camaradas dirigentes de Zonas e responsáveis de Seções convidadas à reunião tiveram direito de voz e voto, a fim de uma maior democratização da reunião.

MODIFICAÇÃO NOS MÉTODOS DE DIREÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Reuniu-se o Comitê Regional Sul Paulista do P.C.B. — Discutido o Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido —

O COMITÊ Regional Sul Paulista do Partido Comunista do Brasil, reunido em sessão plenária, discutindo democraticamente o Projeto de Resolução do Comitê Central «Sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas consequências — a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil», chegou à conclusão da necessidade de uma modificação nos métodos de direção e de sua descentralização, como também da ampliação da democracia interna. Estas medidas visam desenvolver a iniciativa criadora do Partido junto às massas do povo brasileiro, em busca de um caminho objetivo para o socialismo no Brasil.

O Comitê Regional Sul Paulista conclama a todos os membros do Partido na Região a ler, estudar e discutir o Projeto de Resolução do C.C., usando de toda a liberdade de crítica, o que deve ser feito estreitamente ligado à luta

pela independência nacional e pelas liberdades democráticas.

O C.R. Sul Paulista convida todos os membros e amigos do Partido a participarem do debate na imprensa democrática, de forma livre e responsável.

O C.R. Sul Paulista protesta da maneira mais enérgica contra a agressão anglo-francesa à heróica nação egípcia, fazendo um veemente apelo ao povo brasileiro para se manifestar por todas as formas, inclusive através de nosso representante na O.N.U., exigindo a cessação desse crime.

Novembro de 1956.

O COMITÊ REGIONAL SUL PAULISTA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

(Publicado em «Notícias de Hoje» de 8 de novembro de 1956)

UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

Algumas Considerações Sobre a Resolução Do C. R. Piratininga

LUIZ CHILARDINI

Os problemas que se nos apresentam no debate que ora travamos são tantos e tão importantes que encontramos dificuldades em distinguir qual deve merecer maior atenção. A resolução do C.R. Piratininga publicada em «Notícias de Hoje» de 4 deste mês e posteriormente na VOZ OPERÁRIA, por conter em si a tentativa de concretizar uma das muitas novas tendências que ora surgem no Partido, o debate em torno dela nos parece mais urgente.

Aparentemente tal resolução não passa de um deslize sem maior importância em relação ao centralismo democrático, cometido com o evidente intuito de reforçar o princípio de direção coletiva. Mas, a nosso ver, é uma concessão a um estado de espírito pernicioso que se desenvolve à sombra do caráter democrático «sem restrições de espécie alguma» que o debate adquiriu na imprensa e que tende a implantar a anarquia dentro do Partido.

Em nosso país, como, de resto, em muitos outros, as coisas não marchavam inteiramente a contento. O XX Congresso do P.C.U.S. veio revelar que, pelo menos em boa parte, a situação não de todo satisfatória que atravessávamos devia-se ao fato de que o marxismo estava sendo indevidamente monopolizado por alguns, quando, na verdade, é mesmo condição indispensável ao seu próprio desenvolvimento que cada um ponha em prática a sua capacidade criadora.

Um dos muitos efeitos causados pelo XX Congresso é que a discussão e a crítica receberam um tremendo impulso e, o desejo de criar algo novo, que todos possuamos latente em nosso íntimo, veio à tona com grande pujança. Todos nos tornamos extrovertidos da noite para o dia. Muitos camaradas que talvez sempre tenham falado, sem compreender, na auto-crítica e a crítica como a «lei de desenvolvimento do Partido», prática a crítica como se pela primeira vez pudesse fazê-lo. Isto compreende-se. Havia o direito de crítica, mas castrados em seu próprio pensamento os militantes não podiam fazer crítica viva. Dizia-se que o marxismo não é dogmático, que se desenvolve, etc., mas aos militantes só era permitido estudar para assimilar o que os de cima haviam elaborado. Dizia-se que todos devem ter iniciativa, mas as «ordens» e diretivas mesmo para as melhores coisas, como o «Projeto de Resolução do Comitê Central», esmagava toda iniciativa.

O XX Congresso do PCUS rompeu com tudo isto, libertou o pensamento dos comunistas. A crítica, por muito

tempo represada, rompeu o dique e invadiu todos os domínios do movimento revolucionário onde haja alguma coisa passível de discussão. Todos querem criticar os erros cometidos, todos querem sugerir novas medidas que ajudem a superar as imensas dificuldades em que nos encontramos. Isto é positivo e nos enche de alegria, pois é prova de que o nosso Partido está de pé para a luta que precisa enfrentar.

Mas, de toda esta vitalidade resultam também fenômenos negativos contra os quais devemos estar alerta. Os métodos de trabalho errados que adotávamos dificultaram ao Partido adquirir a suficiente tempera ideológica e traquejo na prática da democracia interna que lhe tornasse possível travar debates, da envergadura do que hoje travamos, dentro dos princípios que devem assinalar, no campo das idéias e das atitudes ante o Partido, os limites que separam os militantes comunistas dos inimigos da classe operária. Pelo conteúdo de muitos artigos publicados na imprensa, por exemplo, não se pode afirmar com convicção se são da autoria de nossos camaradas ou de provocadores infiltrados nos debates. A crítica construtiva cede lugar aos ataques pessoais que revelam o desejo de vindicta de quem, tendo talvez sido vítima de injustiças, não sabe agora comportar-se à altura da situação. As medidas sugeridas, em sua maior parte, ao invés de conduzirem à correção dos métodos de trabalho errôneos, respeitando-se os princípios do Partido, envolvem a revisão desses mesmos princípios e, se postas em prática debilitariam o Partido pondo em risco a sua própria existência.

Enfim, a discussão está aberta. Todos têm o direito de emitir sua opinião e cada um opina o que quer e como quer. No entanto, achamos que o organismo competente para adotar inovações no que diz respeito aos princípios leninistas sobre os quais está organizado o nosso Partido é o Congresso. De nossa parte confiamos que ele os manterá.

Causa estranheza, porém, que das discussões, do livre debate, das idéias e das opiniões expandidas em caráter pessoal, organizações do Partido passem a pôr em prática o que deveria permanecer no terreno das hipóteses, enquanto as instâncias competentes não se pronunciarem a respeito. Esta primazia pouco invejável cabe, tanto quanto podemos observar, aos nossos camaradas do C.R. Piratininga, os quais

com a sua resolução atentam contra o princípio do centralismo na direção do Partido.

Da resolução do dito Comitê destacamos os dois trechos seguintes: o C.R. «Determinou que os próximos plenos ampliados sejam realizados obrigatoriamente com um considerável número de outros dirigentes, aos quais será assegurado direito de voz e voto.» E mais adiante: «Todas as resoluções de maior importância deverão ser tomadas agora pelo C.R. e não pelo secretariado como antes acontecia.»

Estes dois trechos encerram uma contradição evidente que abordaremos mais à frente. Mas, o que preocupa, é o precedente aberto por uma organização do Partido criando no escalão regional uma situação de irresponsabilidade que, quanto aos prejuízos que pode causar ao Partido, provavelmente nada ficará devendo à situação de arbitrariedade existente até agora.

O que estará havendo com os nossos queridos camaradas de São Paulo? Será que a situação criada após o XX Congresso do PCUS subverte tudo o que estava estabelecido a ponto de não devermos mais obediência aos Estatutos? Se assim fosse o Partido estaria «inso factos» dissolvido. Isto todos os combatentes honestos da causa do proletariado não podem admitir e nós recusamo-nos a pôr em dúvida esta qualidade que sempre reconhecemos nos nossos camaradas de São Paulo.

Para que existe o C.R.? Por certo que é para dirigir as atividades do Partido na região. Neste ponto a sua responsabilidade é indivisível. Ela presta contas somente ao Comitê Central e à Conferência Regional que o elege, única instância que lhe é superior na região. É verdade que a função dos comitês vinha sendo absorvida pelos secretariados e mesmo por alguns dirigentes. Certamente o C.R. Piratininga não escapou a esta regra. Mas isto era irregular. É o que agora se reconhece.

Os métodos antidemocráticos de trabalho que tanto prejuízo têm causado ao Partido decorrem, a nosso ver, não do fato de possuirmos Estatutos antidemocráticos, mas de uma interpretação não justa dos mesmos.

Se uma das maiores irregularidades que entre nós se verificava era a hipertrofia de uns órgãos de direção com a conseqüente atrofia de outros, o que devemos fazer agora é colocar as coisas nos seus devidos lugares. Restabelecer cada escalão di-

(Conclui na 5.ª pag.)

A UNIDADE NO PARTIDO E A RESOLUÇÃO DO C. R. DO RIO

Narceu de Almeida Filho

Se estivéssemos agora não em novembro de 1956, mas em outros tempos recentes — há dez meses atrás, por exemplo — teríamos lido a «Resolução do Comitê Regional do Rio do P.C.B.», (VOZ OPERÁRIA, 17-11-56) e talvez nos dêsemos por satisfeitos quanto ao seu conteúdo. Agora, entretanto, a vida nos entra pela porta a dentro, abandonamos o estado de misticismo letárgico, voltamo-nos ainda embriagados para as coisas reais que nos cercam — coisas complicadas, contrastantes, cheias de mil e uma arestas, multifacetadas — para a vida, enfim. Por isso mesmo, procuramos analisar a essência da resolução do CR sobre os problemas da atualidade.

Parece-me que os camaradas do CR tenderam evidenciar em sua resolução, no que se refere ao Partido, uma acentuada e justa preocupação com a unidade e a disciplina. Nesse sentido, há ali uma noção de solidariedade ao Comitê Central e ao Presidium, uma conclusão a «cerrar fileiras em torno do Comitê Central, na defesa da unidade, da disciplina e demais princípios marxistas-leninistas», críticas a «abertura da discussão sem consentimento do Comitê Central» e a «publicação de artigos contrários ao internacionalismo proletário e antistalinistas, revisionistas, divisionistas e liquidacionistas, artigos visando a desmoralização do Partido e sua direção» e um apelo «para que a discussão se trave no terreno dos princípios... e tudo fazendo para reforçar a unidade e a coesão nas fileiras do Partido.»

Creio que ainda pesam excessivamente sobre os camaradas do CR certos fatores negativos que se desenvolveram desmedidamente em nosso Partido, até recentemente, como o burocratismo e o dogmatismo. Daí, parecer-me existir por trás dessa preocupação acima referida e em outros aspectos da resolução uma nítida tendência anti-democrática de restringir o debate, impedir a discussão aprofundada e conseqüente dos meios para corrigir a série de erros e deformações que vicejavam e intimidar os que desejam participar do debate. Enquanto o projeto de Resolução do C.C. conclama: «Que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocritica. Que se estabeleça viva e fecunda luta de opiniões à base de princípios, em busca de soluções justas para os problemas», e enquanto o camarada Prestes declara «Vamos enfim discutir. Estou certo de que isto constitui motivo de satisfação e alegria em todo o Partido» e se proclama um «entusiasta da discussão», o Comitê Regional do Rio não aporta sequer um lado positivo do debate e exige medidas administrativas para restringi-lo.

O fato do CR lançar conhecidos rótulos indiscriminadamente contra os que participam do debate está em contradição com os seus pretendidos «esforços na democratização da vida interna do Partido». Tal maneira de lançar rótulos ao vento, tão ao sabor dos métodos stalinistas já desmascarados, é incompatível com a democracia no seio do Partido, democracia que só pode se desenvolver num clima de liberdade e confiança. É uma atitude que lembra o caso daquele assistente de um organismo que, após transmitir uma discussão sobre a necessidade da crítica das bases e de que «todas as bocas se abram», declarou-lhes enfaticamente: «É preciso que também aqui todas as bocas se abram!» E finalizou, ameaçador: «Mas não porque nós queremos saber quem são os «piroquetes!»

Não é necessário dizer que, então, as bocas se fecharam, ainda mais...

Os camaradas do CR precisam voltar-se para a realidade, para os tempos novos que estamos vivendo e notar que as chapas, as frases vazias e sem argumentos políticos já não impressionam os militantes. Os comunistas muito têm aprendido nos últimos tempos, seu pensamento criador liberta-se dos

dogmas e busca a verdade. Por isso mesmo, querem saber a que unidade, disciplina o princípio se refere o CR. Será à «unidade», à «disciplina» e aos «princípios» que tiveram vigência larga em nosso Partido, e que melhor se chamariam — unanimidade cega, obediência servil e dogmas de fé? Foi exatamente «defendendo a unidade monolítica do Partido», «combatendo os inimigos do leninismo» e «defendendo a pureza do marxismo que Stálin enviou aos pelotões de julgamento e aos cárceres centenas de honra dos dirigentes comunistas. No momento, para nós, trata-se de restabelecer o conceito marxista-leninista de unidade e disciplina e de repudiar as distorções que se verificaram.

A unidade mecânica imposta pela intimidação não serve aos objetivos do Partido. Para que exista unidade orgânica, é necessário que exista unidade ideológica e política. A unidade orgânica é fruto da unidade ideológica e política, e sem esta, aquela será apenas uma caricatura de unidade. Igualmente, a unidade ideológica e política não pode ser conseguida com medidas administrativas ou com a decretação do que é verdadeiro e do que não é, mas somente através da luta de tendências, a circulação de idéias, a luta interna. O inverter as premissas, o colocar o carro diante dos bois, só conduz ao retardamento do processo revolucionário em nosso país, como ocorreu até agora. E hoje isto é inaceitável.

Creio que o CR revela não compreender o significado profundo e vivificador do que se passa no seio do movimento comunista internacional e em nosso Partido, ao votar uma noção de solidariedade ao Comitê Central e ao seu Presidium, aberto assim uma questão que não estava em cheque. O movimento pela extinção do sistema do culto à personalidade, pela democratização interna, contra o burocratismo e o dogmatismo, e — em certos países — pela revisão de teses e conceitos, inclusive programáticos, que entravavam o desenvolvimento do processo revolucionário, não é um movimento contra as direções dos partidos e nem visa a «desmoralizá-los». É certo que em alguns partidos ele levou ao desalojamento de dirigentes, devido às condições específicas e de acordo com a vontade do conjunto do Partido e do coletivo dirigente, mas em outros partidos tal problema não se colocou. Longe de mim a idéia de que os dirigentes são vitalícios e inamovíveis nos cargos. Sua continuação nos postos deve subordinar-se aos interesses gerais do movimento e, logicamente, do próprio Partido, os quais se definem em face da realidade existente. Mas penso que tal atitude do CR é anti-unitária, ao insinuar que existe uma luta contra o C.C. ou o Presidium, lançando assim a desconfiança entre o Partido, atitude mais anti-unitária ainda que a de apresentar aqueles que desejam a análise profunda de nossos erros como «intelectuais pequeno-burgueses» em oposição aos «quadros operários».

Outro aspecto da resolução do CR do Rio que merece ser destacado: a ausência absoluta de autocritica. Nesse sentido o Comitê Regional diz apenas que «constatou sérias falhas e debilidades, particularmente nos falsos métodos empregados no Partido e em relação com as massas». Não ficamos sabendo quais são as falhas, debilidades e falsos métodos, e nem quais foram suas causas, assim como não ficamos sabendo quais medidas serão tomadas para corrigi-las e quais «esforços» serão empenhados na democratização da vida interna do Partido. Não há nenhuma análise da atuação do Partido no Rio ou da situação de suas frentes, o que, se morássemos no Acre, nos faria pensar que elas vão maravilhosamente...

Não há dúvida que a resistência ao novo, ao amplo debate decorrente do XX Congresso do PCUS e à conseqüente correção dos erros e distorções, encontrará guardião em (CONCLUI NA 11.ª PAG.)

Declaração da Direção do P. C. I. Sobre Os Acontecimentos da Hungria e Polônia

1 — O povo húngaro vive uma hora trágica. Obscuro é o futuro que tem pela frente a classe operária e os trabalhadores húngaros, divididos, lançados no abismo de uma revolta fratricida. As bases do regime de democracia popular foram derrubadas e das suas ruínas já surgem à tona o terror branco, as represálias atrozes, o perigo de um regime de reação aberta e de rupturas irreparáveis. Ferida, rompida a vanguarda da classe operária, privada essa mesma classe de seu guia, se afasta para o povo húngaro a perspectiva da edificação de uma sociedade nova.

Primeiro dever de cada comunista, de cada socialista, de cada democrata, nessa hora, é o de elevar a sua voz contra a onda reacionária que se abate sobre a Hungria, contra o terror branco, visando afastar o perigo de provocações fatais que surjam do caos para o qual se dirige hoje a desventurada nação húngara. Acima das divergências que dividiram os trabalhadores italianos a respeito dos acontecimentos da Hungria, é necessário hoje que se encontrem unidos na aspiração de que seja salvo o futuro do povo húngaro, sejam defendidas as vidas ameaçadas pelo furor branco, de que não sejam espezinhados os princípios mais elementares da vida civil. Nenhum socialista, nenhum democrata e cidadão honesto pode esperar que surja liberdade onde a vingança reacionária de classe se desencadeie nas formas mais bestiais e ameça fazer a Hungria voltar aos dias mais negros da ditadura de Horthy. Cada amigo da paz deve ter a preocupação de que não surja na Hungria um foco revanchista e nacionalista justamente quando está em pleno desenvolvimento uma guerra imperialista contra o Egito e a paz no Mediterrâneo está ferida. Sobre estes deveres urgentes, a Direção do Partido Comunista chama a atenção dos trabalhadores e dos cidadãos. Os comunistas italianos exprimem a sua solidariedade aos camaradas húngaros que se batem e se batem pela defesa do socialismo e enviam uma saudação comovida a todas as vítimas do terror branco.

Mas o movimento operário fugiria a um seu dever fundamental se não tomasse conhecimento dos erros que levaram o povo húngaro à atual e terrível prova. Do conhecimento dos erros, do exame corajoso das causas, que levaram às derrotas, o movimento operário extrai a clareza necessária para retomar o combate, para ir mais à frente e para elevar a sua capacidade de luta. Das provas de hoje o movimento operário húngaro aprenderá a reerguer-se e a retomar o caminho. Dos acontecimentos da Polônia e do sucedido na Hungria todo o movimento operário e comunista extrairá a experiência que o reforça, o educa e tempera. O avanço vitorioso do socialismo sempre se processou através de derrotas, insucessos e provas as mais duras.

AS CAUSAS QUE LEVARAM À CRISE

2 — Os acontecimentos poloneses e os trágicos fatos da Hungria confirmam o quanto válida e urgente era a crítica que o XX Congresso do PCUS fez dos erros e dos métodos, que foram definidos sob o nome de «Culto da personalidade». O XX Congresso do PCUS consciente da grande força do campo socialista, indicou o caminho da restauração da legalidade socialista, do pleno desenvolvimento da democracia socialista e da democracia interna do Partido, da instauração de relações justas entre os países socialistas, baseadas na igualdade, no respeito da soberania e da independência, na autonomia e colaboração fraterna entre os partidos comunistas e operários. O XX Congresso do PCUS, elaborando e generalizando anos de experiência e de lutas do movimento comunista e operário, deu uma indicação fundamental, afirmando o princípio da pluralidade dos caminhos do socialismo, da necessidade que a classe operária e os seus aliados edificarem o socialismo buscando as raízes na história, nas características e tradições nacionais de cada país. Do dramático reconhecimento dos erros do passado e das violações da legalidade socialista que conduziram até a prática de atos delituosos, o XX Congresso do PCUS extraiu um impulso auto-crítico e renovador, que provocou a necessidade de se efetuar em todos os países correções urgentes de atuação política e de método, a fim de evitar que se criasse uma contradição profunda e cheia de perigos.

Foi grave o erro dos dirigentes húngaros e poloneses que não compreenderam tal necessidade, abrindo deste modo uma crise que só de última hora foi superada na Polônia. Na Hungria o contraste entre a urgência das correções e o retardamento e as resistências opostas no sentido de proceder com coragem a essas correções até o fundo, primeiro precipitou o país numa situação de marasmo político, de luta áspere e desagregadora no Partido na qual se infiltraram elementos de deserção, de capitulação e de traição, o que proporcionou às forças reacionárias de tomar fôlego e pôr-se em ação; levando, depois, à catástrofe atual, que está destruindo as conquistas fundamentais do regime de democracia popular.

Os erros e as culpas do passado não podem e não devem fazer esquecer estas conquistas e a reviravolta que os regimes de democracia popular representaram para a vida da Polônia e da Hungria. Mais do que antes é nessa hora negra que se pode avaliar o seu significado. Os latifundiários foram expulsos do campo, assim como os capitalistas das fábricas. A terra foi distribuída a milhões de camponeses que jamais a haviam possuído. Foi eliminada a servidão da indústria nacional para com o capitalismo estrangeiro. Foram expulsos do governo e batidos os agrupamentos políticos burgueses e feudais, que há séculos detinham o monopólio do poder. Pela primeira vez o poder estava nas mãos das classes trabalhadoras em torno e sob a direção da classe operária. Foi sanada a praga tradicional do desemprego e da miséria desesperada. Foi acelerado o desenvolvimento industrial, formou-se um novo quadro de especialistas e de técnicos. As escolas foram abertas aos filhos do povo. Os novos regimes surgidos na Polônia e na Hungria representaram a ruptura de uma situação secular de atraso social e político, de obscurantismo de profundas desigualdades de classe e de servidão para com os grandes centros capitalistas de Londres, Paris e Berlim. Fazendo-se acompanhar pelas transforma-

(PUBLICAMOS A SEGUIR A DECLARAÇÃO DA DIREÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DA ITÁLIA SOBRE OS ACONTECIMENTOS DESENVOLVIDOS NA HUNGRIA E NA POLÔNIA, DIVULGADA POR «L'UNITÀ», ÓRGÃO CENTRAL DO P.C.I., NA SUA EDIÇÃO DE 3 DE NOVEMBRO)

ções havidas na Iugoslávia, na Tchecoslováquia, na România, na Bulgária, na Alemanha Oriental, esses regimes representaram uma modificação fundamental na situação social e política da Europa, a ruptura do cerco do primeiro país socialista, uma mudança nas relações de força com o imperialismo, com as consequências que tudo isto significou para a defesa da paz e da liberdade e para o avanço das forças do progresso no mundo inteiro. Tudo isto foi muito bem compreendido pelas forças do imperialismo que, por dez anos trabalharam no sentido de tentar a destruição dos regimes de democracia popular do Leste europeu.

OS REGIMES DE DEMOCRACIA POPULAR NA POLÔNIA E NA HUNGRIA

3 — Estes regimes surgiram, na Polônia e na Hungria, no processo da derrocada do nazismo, graças ao apoio das massas populares mais avançadas e hostis à velha ordem opressiva que havia levado ao fascismo e ao desastre militar, e com a ajuda do Exército Vermelho libertador.

Profundamente diferente da situação russa era a situação social e política da Polônia e da Hungria. Diferentes as relações de classe, a história e as características do movimento operário, as tradições nacionais. A consolidação e o desenvolvimento dos regimes de democracia popular na Polônia e na Hungria requeriam, por isso, a procura de um caminho nacional e autônomo na edificação do socialismo, que utilizasse o patrimônio elaborado pela União Soviética não para transferi-lo automaticamente para a realidade polonesa ou húngara, mas para elaborar — à luz dos princípios do marxismo-leninismo — uma solução original aos problemas do país. Assim, após os sucessos iniciais, foram se acumulando os erros de orientação política, que levaram à situação na qual amadureceu a crise polonesa e explodiu a tragédia húngara. Esses parecem reconduzir a uma insuficiente capacidade de consolidar as alianças da classe operária e o trabalho comum de edificação socialista com uma política que correspondesse às estruturas sociais, à história, às tradições nacionais dos dois países.

Grandes eram as dificuldades objetivas; urgente a necessidade de empenhar os recursos nacionais para superar o secular atraso do campo econômico, mesmo através de um período duro de sacrifício para as classes trabalhadoras. A guerra fria, a pressão ofensiva dos grupos imperialistas, a ameaça da guerra quente, com a conseqüente necessidade da defesa militar e de um impulso extraordinário à indústria pesada, gravaram duramente, exasperando mais aquelas dificuldades.

Tais dificuldades e problemas foram enfrentados aplicando um modelo uniforme, esquemas e diretivas que não surgiam da realidade nacional; diminuiu a capacidade de elaborar uma análise exata, em cada um dos dois países, das forças motrizes da revolução e de aprofundar os laços com as grandes tradições nacionais e patrióticas. Os sacrifícios impostos às grandes camadas da população pelo esforço renovador, foram levados ao ponto de abalar as alianças de classe realizadas à base da derrota do domínio capitalista. Prevaleceram os métodos de direção vindos do alto e o Partido não conseguiu fazer penetrar na própria classe operária a clareza da perspectiva, de forma a fazê-la participar criadoramente na elaboração da linha política; duas condições que eram indispensáveis para enfrentar as dificuldades necessárias. Disso derivou um isolamento entre o Estado e as massas. Os métodos burocráticos de direção prejudicaram a democracia interna no Partido, tornando difícil o processo de auto-crítica e de superação das dificuldades e dos erros.

Na Polônia, a crítica do XX Congresso do PCUS acelerou um processo de pesquisas já em andamento e, mesmo entre perigos e atritos graves, levou a uma mudança na direção política do Estado e do Partido, que permitiu superar a crise, e afastar o perigo de uma ruptura reacionária e restabeleceu a confiança e o contato entre o Partido e as massas. Na Hungria, a renovação necessária foi incompreensivelmente retardada; e a isto somou a eclosão de uma áspere e desagregadora luta no Partido e no regime — degenerada depois de uma explosão estéril de protestos, ressentimentos e luta de grupos — que não dava aos problemas uma solução política construtiva, e contribuía para esfacelar o Partido, para precipitá-lo na desconfiança e na desilusão, para afastar as massas operárias e populares de uma justa direção marxista e levá-la para outros centros de influência e de desorganização.

* Neste acúmulo de erros se abriu a estrada para a insurreição húngara, que está sendo hoje desfrutada tão trágicamente pelas forças contra-revolucionárias. Ela nasceu do descontentamento e do protesto das massas populares, desiludidas pelo fato de não se processarem as mudanças necessárias, e pela falta de orientação de alguns setores da classe operária, que não compreendiam mais a necessidade de defender as bases do regime. Porém, ao assumir o caráter de insurreição armada contra os centros do Estado, contra os organismos dirigentes do poder popular, necessariamente abriu as portas para um retorno das forças políticas e de classe que haviam sido derrotadas pelo regime de democracia popular; necessariamente punha em perigo a conquista fundamental que o regime — mesmo com erros e desvios — havia realizado: a derrubada do domínio político e econômico das classes capitalistas. Quando nos países socialistas a luta política ou o protesto popular assumem o caráter de

insurreição armada, é inevitável que se ponham em campo a provocação e a aventura reacionária. Quaisquer que fossem os sentimentos e os propósitos das massas e camadas trabalhadoras, que pelas culpas e erros do passado estavam envolvidos na rebelião, naquele momento a questão em jogo era: a volta ou não do regime capitalista.

Era dever sacrossanto, naquela hora trágica, impedir este retorno, com o qual as bases fundamentais do regime de democracia popular seriam destruídas, não se falando mais de desenvolvimentos de uma democracia socialista, mas de restauração das velhas servidões de classe, e provavelmente se abririam as comportas aos planos de revanche reacionária mais furiosos e sanguinários.

Infelizmente os acontecimentos que se seguiram estão provando amargamente que esta era a real alternativa, diante da qual, quem é pelo socialismo só podia ter uma escolha, por mais dura que fosse: a defesa do regime de democracia popular, e da perspectiva socialista, mesmo com as armas.

A direção do Partido Comunista Italiano expressou a sua dor pelo fato de que o governo húngaro não tenha tido condições de rechaçar com suas próprias forças a ameaça de um retorno reacionário e considerasse necessário invocar a ajuda das tropas soviéticas. A direção do Partido Comunista Italiano assim o fez baseada na consciência histórica de que a defesa fundamental e duradoura das conquistas de classe e das perspectivas socialistas só pode ter uma base sólida e real através da capacidade de luta, de resistência, de organização das forças de classe e nacionais de cada país. A direção do Partido Comunista Italiano está convencida que este juízo e esta reserva eram os únicos possíveis e justos no momento cruel em que a sorte da edificação socialista estava em perigo pelas armas e se delineava a ameaça de que, através da revolta, a contra-revolução triunfasse.

Os fatos estão demonstrando o quanto o perigo era real e iminente.

A União Soviética interveio com suas tropas porque isso lhe foi solicitado. Em seguida ela mesma se acordou pacificamente com o governo húngaro para a retirada das tropas. Não se pode exigir que a União Soviética concorde que, por atos unilaterais e irresponsáveis, a retirada de suas tropas seja o início da anarquia e do terror branco, e que desse modo se crie na Hungria um foco de provocações contra a paz de uma parte da Europa.

AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS SOCIALISTAS E A DECLARAÇÃO DO GOVERNO SOVIÉTICO

4 — O XX Congresso do PCUS sublinhou o grande significado que tem a existência de um sistema mundial de Estados socialistas. Rompeu-se o cerco do primeiro país socialista. Foram criadas novas e antes inexistentes possibilidades de ajuda mútua e de colaboração entre os países nos quais a classe operária e os seus aliados conquistaram o poder, abrindo assim o caminho a novas formas de passagem para o socialismo. Surgiu uma comunidade de Estados, que desempenha um papel decisivo na luta pela paz, pelo progresso e pela libertação dos países coloniais da opressão imperialista. A estrutura do mundo mudou, o sistema capitalista recebeu um duro golpe, a influência do socialismo cresceu enormemente.

O XX Congresso do PCUS e a recente declaração do governo soviético sublinharam que «os países da grande comunidade das nações socialistas podem construir as suas relações somente baseadas nos princípios de total igualdade, de respeito pela integridade territorial, pela independência estatal e soberania, de não ingerência nos seus negócios internos. A direção do Partido Comunista Italiano está absolutamente de acordo com estes princípios, é pelo seu respeito e aplicação conseqüente e saudada particularmente a recente declaração do governo soviético. A direção do Partido Comunista Italiano vê, na declaração do governo soviético, a prova da vontade dos dirigentes do Estado Soviético e do PCUS de agir no sentido da aplicação coerente da linha do XX Congresso, corrigindo os erros e as violações que no terreno das relações entre os países socialistas existiram no passado, também de parte da União Soviética. A tragédia da Hungria indica a necessidade de que a correção de tais erros seja total e rápida. A colaboração fraternal dos países socialistas, causa do internacionalismo proletário e da amizade com a União Soviética, a função internacional de cada um dos países socialistas serão reforçadas e permitirão extrair desses fatos uma grande ajuda. Tudo isso colocará os partidos comunistas e operários, que dirigem os países de democracia popular, sérias responsabilidades no que se refere à sua capacidade de iniciativa política e econômica e, contemporaneamente, de luta contra as tendências oportunistas de romper os princípios do internacionalismo proletário.

A direção do Partido Comunista Italiano exprime o desejo e a confiança de que, na necessária obra de desenvolvimento da democracia socialista, os partidos irmãos saberão defender e consolidar a unidade de suas fileiras, e as massas trabalhadoras à vigilância e à luta contra qualquer tentativa de provocação e de subversão dos regimes de democracia popular.

O CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO E O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

5 — O Partido Comunista Italiano vem desenvolvendo nestes últimos anos uma procura e uma luta por um caminho italiano para o socialismo, que parte da realidade nacional italiana e desta realidade deriva a estratégia e tática da classe operária, as suas alianças, as formas para renovar e transformar a sociedade italiana, para conquistar para o socialismo a maioria do povo e para edificar na Itália uma sociedade socialista. Esta linha de busca e de luta por um caminho italiano e democrático para o socialismo está con-

Declaração da Direção do P. C. I. Sobre Os Acontecimentos da Hungria e Polônia

firmada e desenvolvida — de forma crítica e autocrítica — nos documentos propostos pelo Comitê Central para o VIII Congresso do Partido. Ela não somente não está em contraste mas requer o estudo das experiências e das conquistas dos países onde a classe operária está no poder, acima de tudo do país onde foi realizado o primeiro exemplo da sociedade socialista e operada a primeira e histórica ruptura do domínio capitalista, a União Soviética. Concordando plenamente com os princípios enunciados pelo XX Congresso do PCUS, os comunistas italianos entendem fundamentar as suas relações com os outros partidos comunistas e operários na fraternidade mais absoluta, no estudo e troca de experiências, no respeito da recíproca autonomia, na discussão e na crítica franca das quais surjam robustecidas a comunhão dos ideais, a consciência dos problemas com que se defronta todo o movimento operário e comunista, a nossa capacidade de construir um caminho italiano para o socialismo. As grandes e luminosas conquistas do mundo socialista, a maturidade atingida pelo movimento comunista, permitem-nos hoje aplicar este método, abandonando as orientações erradas do passado e mantendo a unidade necessária de ideais e de luta. Dos acontecimentos da Polônia, e da tragédia da Hungria, deriva um profundo ensinamento para todos os partidos comunistas, que os chama a um melhor conhecimento recíproco, à crítica fraternal e responsável. Esta crítica não pode ser confundida com as tendências destrutivas de quem quer liquidar uma soma excepcional de conquistas e de vitórias do movimento comunista, semeando a desconfiança, a divisão entre as massas, o espírito de capitulação.

Os comunistas italianos rechaçam a campanha de anti-sovietismo que se tenta organizar em torno dos fatos da Hungria. A União Soviética assumiu e assume um papel insubstituível na luta dos povos contra o imperialismo, pela defesa da paz, pela libertação da escravidão de classe. A derrota do fascismo, a derrubada do poder capitalista em uma série de países, a conquista da independência da parte de centenas de milhões de homens na Ásia e na África, não se teriam podido realizar nestes anos sem a existência, a contribuição e a luta da União Soviética.

A edificação de uma sociedade socialista, a solução de problemas jamais defrontados antes na história, a organização de um novo poder operário — realizados na União Soviética — representam um patrimônio sem igual, de força política e ideológica, que atingem hoje, não só os comunistas, operários, trabalhadores de todo o mundo, mas também novas nações que se esforçam por elaborar as próprias, originais estradas de libertação, de progresso social e de paz. Afirmando a solidariedade e a amizade com a União Soviética, os comunistas italianos defendem este patrimônio, defendem conquistas históricas que criaram as condições novas e mais favoráveis hoje existentes para a emancipação dos trabalhadores e dos povos, para a conquista de novos aliados da classe operária, para a realização de uma unidade das massas populares. Lutando para renovar a Itália e construir nela um caminho democrático e nacional para o socialismo, os comunistas italianos contemporaneamente apoiam e afirmam a sua solidariedade às forças decisivas que no mundo combatem contra o imperialismo e a exploração capitalista, e à primeira entre elas: a União Soviética. Quem divide estes dois momentos e nega ou um ou outro, desarma os trabalhadores, ofusca os objetivos reais da luta, elimina aspectos fundamentais da experiência que o movimento operário vem elaborando em um século de combates, de derrotas e de vitórias.

A LUTA DOS COMUNISTAS PELA PAZ E CONTRA AS AGRESSÕES IMPERIALISTAS

6 — A Direção do Partido Comunista Italiano, em virtude do agravamento de conflitos internos e internacionais, frente à guerra desencadeada contra o mundo árabe pela agressão dos imperialistas anglo-franceses, reafirma a vontade dos comunistas de lutar por uma política de independência dos povos, de coexistência e competição pacífica entre os dois sistemas. Os comunistas italianos são pelo término da política de blocos armados contrapostos, por negociações entre o Leste e o Oeste que levem à liquidação das alianças militares que hoje dividem a Europa em dois campos e inclusive das bases militares que são resultantes de tais alianças.

Somente isto poderá constituir a base duradoura para uma real distensão, para atender ao anseio de tranquilidade dos povos, para assegurar a eles a paz e a independência. Os comunistas italianos denunciam ao país a passividade e ausência de iniciativa autônoma a que a chamada política de «solidariedade ocidental» condenou a Itália, primeiro ante o perigo, depois diante da eclosão de uma guerra imperialista nas proximidades de nosso país. É necessário fazer voltar a paz ao Mediterrâneo; é necessário que cesse a agressão contra o Egito: no interesse da nossa segurança, do nosso tráfego, da amizade com os povos árabes. O futuro da Itália não está nos pactos militares e na solidariedade com forças que revelam hoje, cruamente, a figura do colonialismo. A Itália e os trabalhadores italianos têm nos povos árabes um amigo e um aliado na tarefa de fazer do Mediterrâneo uma área de paz e de realizações pacíficas, uma ponte entre a Europa e as nações da África e do Oriente Médio que despertam para a independência e avançam no cenário da história. Surge a necessidade de um novo curso na política exterior italiana, que restitua ao país sua posição na Europa e a iniciativa autônoma da qual a opinião pública, nestes dias perigosos para a paz, sente necessidade.

PELO RENOVAMENTO E A UNIDADE DO PARTIDO

7 — Os graves acontecimentos da Hungria provocaram entre os camaradas e entre os trabalhadores italianos pertur-

bação, amargura, compreensíveis diversidades de opiniões. Os comunistas italianos estão seguros de haver assumido um compromisso difícil e fundamental pondo em guarda o povo italiano sobre a ameaça contra-revolucionária dirigida contra o povo húngaro. Sem essa ação os comunistas italianos, a própria vanguarda operária italiana se encontraria hoje profundamente desorientada e desarmada frente aos negativos rumos da situação húngara. Os comunistas italianos não defenderam somente posições de princípio aos quais a classe operária não pode renunciar sem perder, frente a burguesia, a própria independência ideológica e política; mas travaram uma batalha que é decisiva para o futuro desenvolvimento da situação política do nosso país. Denunciando toda tentativa de subverter as bases dos regimes de democracia popular, os comunistas tinham presente que todo enfraquecimento do campo socialista só podia favorecer uma ação reacionária naqueles países. O fato de que a criminosa agressão dos imperialistas anglo-franceses contra a independência do Egito e dos povos árabes tenha se desencadeado, não por acaso é certo, justamente no momento em que as bases do regime popular húngaro estão ameaçadas e o campo do socialismo parece sofrer uma perda, torna hoje evidente que a força e a solidez do campo socialista representam a mais segura garantia para a paz de todos. Destes fatos, por isso, as forças democráticas e socialistas do nosso país — mesmo que diferentes tenham sido e são as opiniões expressas sobre os acontecimentos na Hungria — não podem senão compreender a necessidade de opor-se com todas as suas forças a qualquer tentativa de enfraquecer o mundo socialista, de quebrar a unidade do movimento operário e popular na defesa da paz ameaçada, na luta para consolidar e fazer avançar a causa da democracia e do socialismo.

Os comunistas italianos, que nos trinta anos de sua história vêm elaborando uma linha de luta original e autônoma

para construir o socialismo na Itália, compreendem que os acontecimentos da Polônia e da Hungria deve derivar uma maior audácia no processo da ação de renovoamento de suas organizações. Os acontecimentos da Hungria devem infundir mais profundamente nos camaradas a convicção das sérias consequências que acarretam para o movimento comunista o prevalecimento de tendências sectárias, o espírito fechado de conservadorismo nos organismos dirigentes, as deformações burocráticas na vida do Partido. Estas tendências afastam o Partido das massas trabalhadoras e o impedem de ver a tempo, e de corrigir os erros com a ativa participação dos militantes. Ao mesmo tempo os acontecimentos húngaros mostram o dano irreparável que podem produzir ao movimento operário e à sua vanguarda as manifestações de irresponsável liquidacionismo, de luta desagregadora no Partido, de capitulação diante da pressão ideológica e política do inimigo. Contra tais manifestações nas fileiras do Partido e do movimento operário as nossas organizações e os camaradas devem conduzir a luta com energia, através do indispensável trabalho de esclarecimento e de persuasão e condenando toda ação desagregadora.

Lutando em duas frentes contra o sectarismo estreito e o revisionismo sem princípios, pela unidade real do Partido em torno da sua linha política, os comunistas italianos irão enfrentar as tarefas fundamentais que têm pela frente: a elaboração de um caminho italiano para o socialismo, o crescimento de suas ligações com a massa e da unidade do povo, o reforçamento da democracia interna do Partido.

Com coragem os comunistas extrairão ensinamentos também dos acontecimentos da Hungria. E conclamam todos os democratas e todos aqueles que lutam pela causa do socialismo a esta tarefa comum.

A Direção do P. C. I.

Os Trabalhistas e a Guerra de Eden

Emrys HUGHES

(Deputado britânico)

Os que criticávamos há muito a política exterior do Partido Trabalhista Britânico temos toda razão de alegrar-nos com a linha de oposição do Partido ao governo no problema do Egito. Nas últimas eleições ouvimos freqüentemente que o homem da rua não podia estabelecer diferença entre os dois partidos. Atualmente já não se pode dizer o mesmo.

Quando os políticos ingleses embarcam numa guerra é-lhes agradável ter por trás de si a unanimidade da Câmara dos Comuns e a esmagadora maioria da opinião pública. Desta vez não o conseguiram. Ao contrário, tiveram que haver-se com uma oposição resoluta, expoente do estado de ânimo do povo inglês, ao qual imprimia a direção que a situação exigia. Se o Partido Trabalhista pudesse tê-lo feito assim em todas as ocasiões, nenhum governo se atreveria a aplicar uma linha política passível de envolver-nos numa guerra.

Certamente, sir Anthony Eden negava que o governo fôsse a guerra. Não havia maneira possível de fazê-lo confessar que era a guerra. Não era mais que um «conflito armado», uma «ação de polícia» para «separar as partes beligerantes», etc.

Os que estamos acostumados a nos opor às guerras, identificamos, é claro, no uso dessa fraseologia hipócrita, a posição de dar a coisas abominá-

veis nomes altissonantes. Já o tínhamos ouvido em outras ocasiões. Depois de tudo o que aconteceu, a Coreia não era «uma guerra, mas uma ação de polícia». Recordo, inclusive, que se comparava a guerra da Coreia com a ação de uma equipe de bombeiros. Nossos soldados eram enviados para a Coreia a fim de sufocar um incêndio!

Mas a hipocrisia de Eden ao dizer que nosso objetivo era o de separar os israelenses dos egípcios e proteger a grande artéria internacional em benefício do mundo civilizado não enganou a opinião pública britânica. Compreendemos que era uma típica aventura característica do imperialismo inglês do século XIX, com a qual os governos francês e inglês esperavam obter o Canal de Suez como um prêmio da providência por sua preocupação de salvar a paz mundial.

Não há dúvida de que a oposição trabalhista no Parlamento, ao desmascarar dia a dia a farsa naseabunda de Eden e de Sellwyn Loyd, assim também como as manifestações organizadas em todo o país, demonstraram ao governo que uma grande parte da opinião da Grã-Bretanha estava contra eles, que outro importante setor da opinião pública

vacilava ou duvidava e que unicamente apoiavam sua guerra os conservadores da Câmara dos Comuns, alguns dos partidários acérrimos destes e a imprensa chovinista, cujos títulos berrantes e néscios artigos de fundo não tinham qualquer repercussão.

A grande vitória que aguardava «o grupo de Suez» resultou num fiasco e o Partido Trabalhista deve prosseguir sua oposição à aventura de novembro, à política tradicional no Oriente Médio.

Que vale agora a base de Chipre? Custou-nos já 25 milhões de libras esterlinas (sem incluir os gastos para manter a lei e a ordem na ilha) desde que Chipre é uma base inglesa no Oriente Médio.

Vale a pena gastar 9 milhões de libras esterlinas anuais para subvencionar a Legião Árabe, se a Grã-Bretanha não pode utilizá-la quando sobrevém a crise?

Vale a pena impor ao contribuinte inglês a enorme carga de gastos da política estratégica tendente a assegurar-nos o petróleo, se o Canal de Suez está bloqueado e se se faz voar pelos ares os oleodutos?

A evidente lição do fiasco no Egito nos ensina que só podemos receber petróleo se temos boas relações com os povos do Oriente Médio. Devemos negociar a respeito do petróleo. Não podemos obtê-lo por meio de ações militares o domínio. Devemos acabar com o imperialismo britânico no Oriente Médio, como o fizemos na Índia. Devemos estar dispostos a unir-nos com outros países num «plano de paz» para o Oriente Médio, encaminhado no sentido de elevar o nível de vida de todos os países produtores de petróleo. Devemos levar ao Oriente Médio a experiência industrial, a boa organização e os recursos do Ocidente, não com o objetivo de explorar o povo, mas o de ajudá-lo na sua marcha para uma civilização melhor.

(Londres, novembro)

Injustificável e Prejudicial...

(CONCLUSÃO DA 4.ª PAG.)

ra a Força de Polícia da ONU no Egito é totalmente desaconselhável e prejudicial aos interesses nacionais. Devemos reclamar do governo que suspenda o envio de nossos soldados para a África, pelo menos enquanto não estiver assegurada uma decisão obrigando os agressores a se retirarem do solo egípcio e a reconhecerem o ato de soberania do governo de Nasser ao nacionalizar a Cia. do Canal de Suez.

VOZ dos Operários

Inter-Sindical Paraibana Luta Contra a Carestia

JOÃO PESSOA, Pb (Do correspondente) — Em sessão solene realizada na sede do Sindicato da Construção Civil, à qual compareceram os presidentes dos demais sindicatos de trabalhadores, foi empossada a nova diretoria da Comissão Inter-sindical da Paraíba. A reunião foi presidida pelo sr. Ermano Sá, presidente do PTB desta Capital, que, em seu discurso, abordou a necessidade de serem criados sindicatos em todos os setores de trabalhadores do Estado, inclusive rurais.

Manifesto

Foi lido em seguida um manifesto da Inter-sindical conclamando os trabalhadores e o povo a se unirem "na luta pelos direitos democráticos e sindicais, contra a exploração, a carestia de vida, a fome e a miséria". O documento reclama o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e alerta os operários contra as manobras de patrões desonestos que tentam sondear o salário-mínimo vigente a partir de 1º de agosto.

Finalizando, propõe a criação de uma ampla comissão para a luta contra a carestia da vida.

Programa

Em seu programa, a Inter-sindical estadual propõe-se a: 1) lançar uma campanha de apoio ao projeto que concede aposentadoria aos 55 anos de idade e 35 anos de trabalho, de autoria do deputado Celso Peçanha; 2) ampliar a Inter-sindical a Campina Grande, Santa Rita e Rio Tinto; 3) exigir efetiva fiscalização do Ministério do Trabalho ao pagamento do novo salário-mínimo; 4) lutar pelo congelamento dos preços e contra a elevação do custo da vida; 5) apoiar a comissão patrocinadora da luta contra a carestia; 6) lutar pela sindicalização rural em todo o Estado.



Pode o Governo Combater a Carestia da Vida?

DO sr. J. Moura, de Uberlândia (M.G.), recebemos a seguinte carta: «Lendo uma reportagem na VOZ OPERÁRIA do dia 20 de outubro, sobre a pos-

LAVRADORES DA ALTA ARARAQUARENSE DESFILAM EXIGINDO REIVINDICAÇÕES

DO sr. Otilon Silva, de São José do Rio Preto (SP), recebemos carta que vai a seguir resumida: «Querida chamar a atenção dos responsáveis pelo jornal «Terra Livre», que não tem refletido em certa medida algumas atividades dos trabalhadores rurais da Alta Araraquarense. Este jornal é o que tem mais penetração no campo e por isso deve olhar com mais responsabilidade a situação política da atualidade, explicá-la de maneira justa, sem hostilizar os fazendeiros e orientando os camponeses na luta por suas reivindicações.

Na concentração da Alta Araraquarense, os trabalhadores rurais compareceram levando faixas com suas próprias reivindicações: salário-mínimo, férias remuneradas, reforma agrária, jornada de oito horas, sindicalização rural, assistência social, moradias decentes e higiênicas, escolas, garantia de preço para seus produtos, ampliação de mercados, etc. Conduzindo 23 faixas, desfilaram pelas ruas centrais da cidade cerca de 4.000 trabalhadores, particularmente meeiros, colonos, assalariados, arrendatários e sitiantes».

sibilidade de o atual governo combater a carestia da vida, julguei interessante e desejo aqui fazer algumas sugestões sobre o assunto. Assim, sobre a maneira con-

creta de combater a carestia da vida considero necessário o comércio com todos os países, principalmente com aqueles que nos possam vender máquinas e ferramentas a preços mais baratos e em boas condições, a fim de que possamos desenvolver a produtividade mercantil. Sobre a posição do governo em relação à carestia, acho que deve congelar os preços das mercadorias de primeira necessidade, em tabela que atenda às necessidades mínimas das famílias trabalhadoras. E, finalmente, para a elevação do nível de vida dos agricultores, penso que se deve conceder crédito fácil e barato aos produtores agrícolas, facilitar a criação de cooperativas, associações e sindicatos rurais, e criar postos de máquinas e ferramentas nas concentrações de lavouros».

EXPLORAÇÃO NO CURTUME SÃO MANOEL



Do correspondente da VOZ em São Manoel (SP), recebemos:

«O Curtume S. Manoel, nesta cidade, não registra os seus trabalhadores segundo determina a lei, a fim de pagar-lhes baixos salários. O serviço é insalubre, mas os patrões não pagam as taxas extras correspondentes e outros direitos assegurados na legislação trabalhista. Embora a carestia da vida aqui

esteja insuperável, há trabalhadores ganhando apenas Cr\$ 40,00 e Cr\$ 45,00 diários no curtume».

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE...

(Conclusão da 5.ª pag.)
rigente em seus plenos diretos estatutários. Para isso é preciso esclarecer bem as suas atribuições, mediante uma justa interpretação dos Estatutos, a fim de que, tendo uma consciência clara do seu papel possam desempenhá-lo.

Ora, o C.R. Piratininga lança nesta questão uma confusão que antes não existia. Com a resolução que tomou o C.R. cria uma instância superior a si próprio, sem contornos definidos — os outros dirigentes convidados, não membros do C.R. estarão sujeitos a variações de número e pessoas de uma reunião para outra — ultra soberana em suas decisões, pois é incontrolável, não tem a quem prestar contas.

Sim, porque a questão apresenta-se da seguinte forma: ou a maioria do C.R. estará de acordo com as resoluções que forem tomadas nos futuros plenos e neste caso não seria necessário o direito de voto concedido aos convidados, ou as decisões serão tomadas contra a maioria do C.R. e então este não estará sendo o órgão dirigente da região e não poderá, portanto, responsabilizar-se nem ser responsabilizado pelos atos do pleno ampliado. O pleno ampliado por sua vez não poderá ser responsável por coisa alguma porque o Partido não existe tal organismo dirigente.

Mas a questão tem outro aspecto. A resolução refere-se aos «futuros plenos ampliados». Portanto, pela letra da mesma deduz-se que haverá plenos ampliados e plenos não ampliados. Sendo assim, quem convocará os plenos ampliados e quando? A resolução não fixa prazo para a realização dos mesmos. É lógico concluir que serão convocados pelo C.R. quando este julgar conveniente ou necessário. Neste caso a resolução será inócua pois o C.R. poderá convocar plenos ampliados com frequência ou não convocá-los nunca, assim como poderá, a qualquer momento retirar o direito de voto que conferiu aos futuros convidados de ditos plenos.

Isto se julgamos pela letra da resolução. Mas, a não ser que estejamos muito enganados, o espírito da resolução é que todos os futuros plenos do C.R. serão ampliados

com convidados aos quais já estará assegurado o direito de voz e voto. Neste caso, quem decidirá quais serão os outros dirigentes convidados para cada pleno a realizar-se? Sim, porque o conjunto destes convidados não será sempre o mesmo, do contrário nada mais natural que ficassem fazendo parte do C.R., e então os plenos deixariam de ser ampliados. Assim, resulta que o conjunto de convidados para cada pleno ficará a critério do secretariado, pois o C.R. estará impedido, por força da sua própria resolução, de reunir-se para resolver sobre este, como sobre qualquer outro problema. Isto significa que o secretariado, a cada momento, convidará para os plenos ampliados aqueles dirigentes que bem entender, eventualmente, aqueles que, em caso de divergência, possam dar-lhe maioria sobre o resto do C.R. Desta forma, o significado da expressão «Todas as resoluções de maior importância deverão ser tomadas agora pelo C.R. e não pelo secretariado como antes acontecia», ficará na realidade reduzida a «Todas as resoluções de maior importância serão tomadas agora segundo a vontade do secretariado e sob a responsabilidade do C.R.». Como se vê, progredimos muito. Se até agora, com Estatutos que estabeleceu a prática da democracia interna, direção coletiva, etc., cometeram-se os abusos que dão margem à atual discussão, o que não acontecerá adotando-se normas que possibilitam práticas tão cabulosas?

A preocupação de garantir às resoluções do C.R. um apoio mais eficiente por parte das organizações do Partido na região é salutar e todos devemos participar dela. Seria necessário um órgão que desse a tais resoluções, pelo menos às de maior importância, uma base de apoio maior da que pode dar o C.R. mas que não anulasse este último, nem fosse por ele anulado. Tal organismo existe, é a Conferência Regional. Mas esta, pelos Estatutos, só se reúne cada ano e meio. É impossível ao C.R. convocá-la sempre que se apresentem questões de maior relevância. Sem tal vez, interessante dar às Conferências Regionais caráter permanente, podendo o C.R. convocar os seus delegados, sempre que julgasse necessário, dentro do período entre

uma e outra Conferência. Parece-nos que é este o caso do Congresso Permanente do P.C. Chinês. No entanto, tal medida somente poderia ser adotada por um Congresso que alterasse o artigo 34 dos Estatutos.

Finalizando. Achamos que com o Projeto de Resolução do C.C. a discussão que foi aberta em todo o Partido abrange inclusive os problemas de organização. Contribuir para esta discussão é um direito e um dever. As modificações que importarem na alteração dos Estatutos somente poderão ser adotadas pelo Congresso do Partido. Até lá cabe ao democrático a vida do Partido dentro do que é permitido pelos Estatutos, o que é possível em escala bastante ampla.

Ao abordar este assunto ocorreram-nos que isto era coisa do C.R. Piratininga e que, portanto, não teríamos razão de invadir-lhe a esfera. No entanto, tal C.R. é uma organização do Partido das mais importantes, capaz de influenciar outras organizações. Com a nossa contribuição, embora modesta e por isso mesmo de pouco peso, esperamos influir para que tais outras organizações pensem melhor antes de imitar-lhe o exemplo.

Tivemos também dúvidas, quanto à justiça do ponto de vista que defendemos, ao lembrarmos que no C.R. Piratininga deve haver elementos os mais representativos do movimento revolucionário em nosso país, tanto das fileiras da classe operária como da intelectualidade, os quais melhor do que nós poderiam perceber o erro. Isto no fundo não passa de vaidade receiosa de ser ferida por uma réplica que enviasse o «sapateiro aos seus sapatos». Resolvemo-nos, apesar de tudo, porque tal medida, tomada por um Comitê da importância do Regional Piratininga, parece-nos um erro grave, e nós, como talvez muitos de nossos camaradas, nestes tempos em que muito se errou, também muito erramos, inclusive por omissão. Não queremos que isto se repita.

POSTA RESTANTE

CARTAS ANÔNIMAS — Em recente edição, solicitamos aos nossos leitores, correspondentes e agentes que não nos enviassem cartas, para publicação, sem assinaturas ou com pseudônimos. Voltamos a insistir no assunto, a propósito de carta de Apucarana (Paraná), datada de 15 de novembro, e assinada com o pseudônimo «Cruch», contendo acusações a um funcionário da Estrada de Ferro Central do Paraná. Observando a ética jornalística, tal carta não será publicada.

Novamente esclarecemos: cartas com pedido de publicação devem vir assinadas, com o nome completo do remetente. Se ele não deseja que seu nome seja publicado, escreva junto um pseudônimo ou peça-nos somente para não publicarmos seu nome. Sempre que possível, o missivista deve remeter também seu endereço, o que facilitará um contato direto, por carta, toda vez que a redação desjar esclarecer alguma dúvida.

AVELINO G. NAZARETH — Transmitimos sua carta à redação do jornal «Imprensa Popular».

FRANCISCO RODRIGUES — Estamos obtendo resposta para sua consulta, enviada a 17 de novembro de Capão Bonito. Procure-a aqui, em próximo número.

A. MONTEIRO E SILVA — Responderemos no próximo número sua pergunta sobre desconto de imposto de renda.

COMISSÕES CRIADAS POR SINDICATOS COMBATEM A CARESTIA E FISCALIZAM

VOLTA REDONDA, R. J. (Do Correspondente) — Foi distribuído em Volta Redonda e Barra Mansa um manifesto das comissões de combate à carestia, formadas pelos sindicatos de metalúrgicos e da construção civil, comunicando ao povo que conseguiram junto ao presidente da COMAP a nomeação de um quadro de fiscais. O volante informa que os fiscais, cumprindo com as atribuições que lhes foram conferidas, já entraram em ação fiscalizadora nas feiras-livres,

nos mercados, nos armazéns da COMAP e comércio em geral», e pede a colaboração das donas de casa, dos trabalhadores e do povo para apoiar o seu trabalho.

Lógo após o tabelamento dos gêneros, conseguido pelas comissões, os feirantes e mercadistas ameaçaram paralisar suas atividades, mas as entidades responderam que passarão inclusive a comprar os alimentos diretamente nas fontes de produção, distribuindo-os em seguida,

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Área ou sob registro, despesas à parte	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, B. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28, 2.º and. — Tel. 37-4983
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326.
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.
SALVADOR — Rua Barão de Cotequipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)
JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.
Enderêço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZ PÉRIA

Solução Prática Para o Problema da

DECRESCERAM A TONELAGEM DA MARINHA MERCANTE NACIONAL: 800 MIL TONELADAS EM 1925 E 750 MIL EM 1936 — APRESENTA UMA TESE SUSPEITA O COMANDANTE FERNANDO FROTA — O FUNDO DA MARINHA MERCANTE, UMA SOLUÇÃO DE CUNHO NACIONALISTA

Texto de
JOÃO DE ALMEIDA LIMA

Um dos problemas vitais para o nosso desenvolvimento econômico é o transporte. E, principalmente, o transporte marítimo.

A concentração de 3/4 da população brasileira numa área de pouco mais de 100 quilômetros de largura por 7.500 de extensão de nossa orla marítima, a boa navegabilidade de nossos mares, rios e lagos, o baixo custo do transporte sobre água, dão à marinha mercante brasileira o principal papel na batalha para a movimentação da crescente produção nacional.

TONELAGEM DECRESCENTE

Apesar de todas as condições favoráveis, o transporte marítimo no país não tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento de nossa produção, ficando mesmo aquém do crescimento da população. Qual a causa deste fenômeno?

Ele reside, sem sombra de dúvida, na ineficiência quantitativa e qualitativa de nossa frota mercante. O número de barcos a vapor em nosso país vem decrescendo de ano para ano. Os navios adquiridos não acompanham a marcha do desgaste e dos que são retirados do serviço. Essa situação é agravada devido ao fato de que nem sempre são novos os navios comprados no exterior. Em 1925 a tonelagem da marinha mercante nacional elevava-se a mais de 800 mil toneladas de deslocamento e hoje está reduzida a 750 mil e, em sua maior parte, compos-

ta de navios antiquados, anti-econômicos e obsoletos.

Mas, por que a nossa navegação não avança a par da produção industrial e agropecuária?

Aqui está o ponto de divergência entre as pessoas que estudam o problema.

UMA TESE SUSPEITA

Defendendo a tese da livre iniciativa, o comandante Fernando Frota, alto funcionário da empresa americana de transporte marítimo Moore McCormack, situa a causa do atraso da marinha mercante brasileira no intervencionismo estatal, que impossibilitaria a iniciativa privada de se firmar e progredir na indústria de transporte marítimo. E como solução, preconiza o afastamento do Lóide e da Costeira do âmbito da administração estatal, transformando-os em empresas de capital privado. Isto é: venda o governo o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira a quem lhe der mais e está tudo resolvido, a nossa marinha mercante prosperará em ritmo nunca visto!

Esta tese do dirigente da Moore McCormack tem conseguido enganar alguns nacionalistas mal avisados, mas encontra decidida oposição dos trabalhadores marítimos e de todos os que conhecem a história de nossa marinha mercante e seu desenvolvimento.

Ninguém de sã consciência é capaz de afirmar que a causa do atraso da indústria do transporte marítimo no nosso país está na intervenção do Estado, nem na existência das empresas estatais; pelo contrário, graças à intervenção econômica do Estado não foi a nossa marinha mercante totalmente liquidada em benefício dos trustes internacionais. A Costeira, e, principalmente, o Lóide, têm sido a espinha dorsal da nossa marinha mercante. Longe de fazer concorrência às empresas nacionais de capital privado, criam condições para sua existência, arcando com os prejuízos do transporte de mercadorias de baixo frete que são perdas recusas, possibilitando com isso a livre escolha da carga. Por outro lado, não há falta de carga para transportar e sim falta de navios para o seu transporte, a ponto de justificar a autorização para navios estrangeiros fazer cabotagem, contra o texto da Constituição da República.

No plano nacional, o Lóide e a Costeira sacrificam as suas economias internas em benefício do desenvolvimento geral. E o caso do Lóide, que mantém em serviço um grupo de navios altamente deficitários, pois como empresa oficial tem o dever de manter e intercâmbio de mercadorias entre as praças do



país, não podendo retirar do tráfego essas embarcações enquanto não as puder substituir por outras rentáveis. Referindo-se a esse assunto, o contra-almirante Bertino Dutra, então administrador das duas empresas do patrimônio Nacional, diz no seu relatório (1955) que qualquer organização privada, que tivesse de tirar da atual frota do Lóide os próprios meios do capital empatado, teria que afastar do tráfego, desde logo, dezesseis navios, e só iria operar aqueles dezenove de rendimento econômico positivo. No entanto, ainda agora, a fim de poder prestar assistência marítima à Capital de Sergipe, há anos sem transporte, cuja economia se exauria na falta de navios, tivemos de recuperar o «Comandante Capela» que se encontrava arrolado como imprestável e com baixa solicitada ao Ministério da Viação, sob o fundamento, muito judicioso aliás, de que as obras que reclamava, dispendiosas e demoradas, uma vez concluídas, não tornariam lucrativos, ao contrário, seu «deficit» seria ainda maior, pelo crescente aumento de todos os custos. De fato, remodelado e posto em tráfego, o Estado de Sergipe criou alma nova, sem saber, naturalmente, que cada viagem do «Comandante Capela» custa aos cofres da Empresa, em média, Cr\$ 200.000,00, tal o prejuízo que ele deixa, que, enfim é coberto pelos que dão lucro e, como o número destes é pequeno, eis aí a origem do «deficit» anual da autarquia.

As particulares não têm condições de adquirir navios de boa tonelagem, econômicos e que ofereçam margem de exploração comercial. A maioria das empresas nacionais possuem um ou dois navios ou barcos de pequeno deslocamento, não podendo utilizá-los em todo seu rendimento por falta de organização. A maior empresa de capital privado é a «Companhia Comércio e Navegação», que tem a seu serviço uma dúzia de navios velhos, alguns obsoletos. As empresas particulares não compram navios novos, preferem reequipar suas frotas com «ferros velhos» aos quais o Lóide dá baixa.

Ora, se o capital privado nacional não tem capacidade de explorar o transporte marítimo, cabe ao Estado manter esse serviço e desenvolvê-lo em benefício da produção nacional e para o abastecimento das nossas populações.

CAMPANHA CONTRA O LÓIDE

A campanha contra o Lóide Brasileiro não é nova e nem é obra do acaso. Ela é estimulada, principalmente, pelos trustes internacionais, que tudo têm feito para monopolizar a navegação de longo curso que o Lóide mantém e que, em nosso caso, só uma empresa estatal pode manter. As investidas contra o Lóide visam liquidar com suas linhas internacionais e está intimamente ligada às tentativas visando monopolizar o nosso comércio exterior.

É tremenda a concorrência que o Lóide sofre em suas linhas do exterior. Os trustes desenvolvem uma propaganda sistemática de desmoralização da empresa estatal, que vai desde a apreensão de navios no exterior até a campanha sobre a «incapacidade administrativa» do Estado. A tudo isso soma-se a «guerra de fretes», as vantagens extra-conhecimentos proporcionadas aos seus embarcadores, o controle das mercadorias de exportação em nosso próprio país por firmas estrangeiras (que vendem e distribuem produtos

como o café, algodão, babaçu, etc.).

Em sua luta contra a nossa principal empresa de navegação, os trustes nada respeitam. A Conferência de Fretes Internacionais, que foi criada para evitar a guerra de fretes ruinosos para todos os concorrentes e para estabelecer um tratamento equânime para os seus filiados, é utilizada pelas companhias americanas como uma camisa de força contra o Lóide. Ora, o Lóide, como empresa estatal, não pode conceder vantagens extra-conhecimentos aos embarcadores que o preferem, nem comissões além das normais aos agentes, o que é aproveitado pelos trustes para tirar vantagens sobre a preferência de cargas.

E é por isso que, quando um diretor do Lóide fala em abandonar a Conferência, imediatamente o seu presidente, George Foley, desembarca no Rio de Janeiro com o fim preciso de convencer o governo brasileiro da vantagem de permanecer o Lóide naquela entidade.

Apesar de tudo isso, o Lóide arrecada anualmente um total de vinte milhões de dólares de fretes de importação e exportação, evitando que esta importância seja

sumada aos 200 milhões de dólares que despendemos anualmente com o pagamento às empresas estrangeiras.

É verdade que o Lóide não vai bem. Que tem sido mal administrado e seu patrimônio não poucas vezes maltratado. Mas quem conhece a história dessa companhia sabe o quanto tem resistido às investidas de interesses estrangeiros que vêm sempre liquidar a nossa indústria de navegação e que se lançam contra o Lóide como o «inimigo» mais forte, para depois absorver as restas das companhias particulares.

Para solucionar o problema de nossa marinha mercante é necessária uma ação efetiva do Estado às companhias nacionais de navegação. Com a aprovação do projeto 1.966/56, que cria o Fundo da Marinha Mercante (ora em trânsito na Câmara dos Deputados) fica o governo com meios para reequipar as empresas do patrimônio nacional e ajudar os armadores particulares a melhorar sua frota e a rentabilidade de suas empresas. Deste modo, poderemos ver surgir em nossa pátria uma nova era para a indústria de construção naval e a emancipação da nossa marinha mercante.

INICIAM OS TRABALHADORES A LUTA PELO ABONO DE NATAL

OS TRABALHADORES do Distrito Federal, S. Paulo e de outras cidades já estão se movimentando para obter o pagamento do abono de Natal, ainda no mês de dezembro.

O abono de Natal é uma justa reivindicação que já vai sendo incorporada aos direitos dos trabalhadores e funcionários. Há várias empresas e estabelecimentos que, tradicionalmente, pagam o abono aos seus empregados, em quantias relativas a semanas, a um mês e até a um mês e meio de gratificação extra. De maneira geral, entretanto, o abono corresponde a um mês de trabalho.

Este ano, a situação econômica dos estabelecimentos fabris e comerciais permite melhormente ainda o pagamento do abono de Natal, pois continuaram aumentando sensivelmente os seus lucros. A conquista do abono, todavia, depende fundamentalmente dos trabalhadores, de seus sindicatos e organizações locais.

Aproveitando as positivas experiências de anos anteriores, os trabalhadores coordenam seus esforços nos sindicatos, recolhem abaixo-assinados nas empresas e estabelecimentos com os empregadores visando à obtenção do abono. Se iniciarem com sucesso essa campanha, com o objetivo definido (em média, um mês de salário), os trabalhadores conquistarão o abono, sem dúvida.

MARCENEIROS CONQUISTAM AUMENTO E COMERCIARIOS VAO AO DISSÍDIO

OS MARCENEIROS deliberaram aceitar em princípio a proposta patronal apresentada em sua última assembleia, realizada nesta semana. As bases são as seguintes: salários de Cr\$ 2.700,00 a Cr\$ 6.000,00, aumento fixo de Cr\$ 2.000,00; de Cr\$ 6.001,00 em diante, aumento de vinte por cento, sem teto.

A assembleia autorizou a diretoria do Sindicato a propugnar, junto aos empregadores, por certas melhorias na proposta e a assinar o acordo, se tal não for possível.

COMERCIARIOS: ACORDO OU DISSÍDIO
Em assembleia também realizada nesta semana, os comerciantes decidiram solicitar ao Ministério do Trabalho a convocação de uma mesa-redonda com os patrões, em virtude da intransigência destes em conceder o necessário reajustamento salarial. Se não for conseguido o acordo nesse encontro, a diretoria do Sindicato está autorizada a entrar com pedido de instauração de dissídio coletivo. Os comerciantes reivindicam 50 por cento de aumento geral.

Trabalhadores da Cana Vão à Greve Pelo Salário - Mínimo

Nos últimos dias 29 e 30 de outubro, mais de 10 mil trabalhadores agrícolas bahnianos da cana de açúcar declararam-se em greve, pelo recebimento do novo salário-mínimo. O movimento grevista atingiu praticamente todas as usinas (Aliança, Terra Nova, Santa Elisa, D. João, Cinco Rios e outras) situadas nas localidades de Santo Amaro, S. Sebastião, S. Francisco do Conde, D. João, Jaculpe, etc., constituindo o mais importante movimento de trabalhadores rurais na Bahia, nestes últimos anos.

Tabela de salário-mínimo

O movimento vinha se esboçando já há vários meses, com a realização de numerosas assembleias de assalariados, principalmente nas propriedades da Lavoura e Indústrias Reunidas. Nestas assembleias, elaborou-se uma tabela de salários por tarefa que permitisse, à base de uma jornada normal, atingir o salário-mínimo da zona. Entretanto, todas as propostas enviadas aos usineiros não foram sequer respondidas. Não tendo outro recurso, em grande assembleia realizada na cidade de Santo Amaro, os trabalhadores da cana resolveram decretar a greve.

Greve e repressão

No dia 29, segunda-feira, pela manhã, já a maioria das usinas tinha sido paralisada. Piquetes de centenas de trabalhadores saíram percorrendo as propriedades e chamando os companheiros a também aderirem ao movimento. Embora não se possa afirmá-lo exatamente, calcula-se que de 19 a 15 mil trabalhadores tenham participado da greve.

Já no mesmo dia, entretanto, a reação abateu-se sobre os trabalhadores que defendiam seu direito ao salário-mínimo. Destacamentos policiais de Salvador e municípios do recôncavo foram enviados para a zona da cana, toda a força policial do Estado foi colocada de prontidão, falou-se até em trazer o destacamento de Joazeiro, localizado no outro extremo do Estado, como se se tratasse de um verdadeiro levante. Toda uma assembleia de trabalhadores, reunida na sede do Sindicato

dos Trabalhadores Agrícolas da Cana, foi presa, o mesmo ocorrendo com uma assembleia de assalariados reunida na usina Santa Elisa. Contra os dirigentes do sindicato foi desencadeada uma verdadeira caçada humana. Foram presos, ao todo, mais de duzentos trabalhadores.

A verdade e as calúnias

A fim de justificar a tenaz repressão policial, fubula-se que o movimento era "subversivo", que os grevistas estavam armados e que estavam incendiando os canaviais. O próprio Secretário da Segurança Pública, sr. Lafayette Coutinho, em declarações ao matutino "O Momento", afirmou, entre-

dês permanecendo encarcerados em Santo Amaro. Dois se encontram foragidos.

Uma comissão de dirigentes sindicais de Salvador esteve em Santo Amaro, a fim de examinar a situação no local. Em reunião realizada na sede Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, foram aprovadas diversas resoluções de solidariedade aos trabalhadores da cana, visando principalmente conseguir a libertação dos presos, ajudar materialmente à manutenção de suas famílias e auxiliá-los no prosseguimento de sua luta pelo salário-mínimo.

Os trabalhadores da cana na Bahia não renunciaram à luta por seus direitos, contando para isso com a solidariedade de todos os trabalhadores bahnianos.

(Correspondência de Salvador Bahia).



tanto, que não houvera incêndios, e que, efetivamente, os trabalhadores das usinas da cana eram explorados brutalmente e não recebiam o salário-mínimo.

Ante a perseguição policial, os trabalhadores resolveram, na terça-feira voltar ao trabalho a fim de prosseguir na luta por outros meios.

Solidariedade

A denúncia das arbitrariedades e o próprio absurdo das medidas policiais levou a que a maioria dos trabalhadores fosse libertada. Entretanto, foi decretada a prisão preventiva de 8 trabalhadores, quase todos eles dirigentes do sindicato rural, 6

Iniciativa do Governo Capixaba Para Organizar e Amparar os Agricultores

Projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa Estadual pelo governador Lacerda Aguiar — Traços essenciais do Projeto

O GOVERNADOR Francisco Lacerda de Aguiar, do Espírito Santo, enviou à Assembléia Legislativa Estadual mensagem acompanhando projeto de lei que visa a criação da Associação dos Lavradores do Estado do Espírito Santo (ALEES), "entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fóro em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado" e destinada "a realizar, através das diretrizes constantes desta lei, a organização das classes rurais, sua assistência econômica e social."

O projeto do governador Lacerda Aguiar encontrou ampla repercussão entre os setores rurais e vem sendo objeto de debates, figurando no tomário da Conferência de Trabalhadores Agrícolas e Lavradores, recém-

realizada na capital capixaba. TRAÇOS ESSENCIAIS

DO PROJETO

De acordo com o artigo 2.º do projeto, "participam obrigatoriamente da ALEES o Estado, os lavradores, os pecuaristas e, voluntariamente, os arrendatários de terras."

O projeto estabelece que a entidade, "para realização de sua política econômica e de assistência social, tem os objetivos seguintes:

a) — promover o seguro social dos lavradores e demais segurados através de carteira própria, aposentadoria, pensão, acidente no trabalho, seguro agrário, seguro contra fogo, de vida e capitalização;

b) — assistência social, médica, hospitalar, auxílio doença e auxílio funerário;

c) — assistência econômica.

1) — Alugar aos segurados tratores, arados, capinadeiras, colhedoras e outros maquinários de interesse da lavoura.

2) — Promover nas propriedades agrícolas, mediante contrato, financiamento supervisionado, sob o regime de pagamento em prestações, construção de terreiros pavimentados, pocilgas, banheiros carrapaticidas, estufas, barcaças, silos, armazéns, currais, instalação de máquinas de beneficiar café e cereais, fábricas de farinha, prensas, descaroçadores, secadores, despoldadores e pequenas indústrias rurais.

3) — Financiar instalação de bombas para irrigação de culturas de café, cacau e outras pelo sistema de inundação ou aspersão.

4) — Incentivar os serviços de proteção ao solo contra a erosão, recuperação da fertilidade, reflorestamento e proteção dos mananciais, construção e

instalação de pequenas usinas elétricas e tanques de piscicultura.

5) — Comprar e revender aos segurados máquinas, ferramentas e utensílios agrícolas, sementes, fungicidas, formicidas, desinfetantes, sal para gado, medicamentos em geral e todas as mercadorias necessárias ao consumo dos segurados.

6) — Promover onde for necessário a construção e instalação junto à "Casa do Lavrador", de restaurantes tipo SAIPE, dormitórios para os segurados e auditórios para conferências, exibição de filmes educativos e agrícolas.

7) — Em colaboração com o Banco de Desenvolvimento Econômico, construir uma rede de silos, armazéns e frigoríficos nos locais mais apropriados do interior do Estado.

d) — defesa da classe rural:

1) — criar órgãos de propaganda falada e escrita;

2) — promover e participar de Congressos Ruralistas;

3) — defender preços mínimos para os produtos rurais;

4) — fazer-se representar nas organizações governamentais;

5) — pleitear junto aos poderes públicos providências que venham beneficiar as atividades rurais;

6) — criar cooperativa de produção, de consumo e de crédito para seus associados;

7) — agir como intermediário

junto às repartições públicas ou entidades particulares, para a solução e defesa dos interesses de qualquer associado que venha solicitar.

PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NA ADMINISTRAÇÃO

A administração da ALEES ficará a cargo de dois órgãos: a Câmara Agrária Estadual e a Diretoria Executiva Estadual.

A Câmara Estadual será eleita pelas câmaras municipais. Estas, por sua vez, serão eleitas por voto direto e secreto de todos os associados. As diretorias executarão as diretrizes traçadas pelas câmaras agrárias, que são os órgãos supremos de direção. As diretorias são nomeadas pelo governo e seus membros escolhidos entre os membros das câmaras. A cada 500 associados corresponderá um representante na Câmara Agrária Estadual.

O projeto determina as providências para a constituição do patrimônio da ALEES e suas fontes de renda.

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o governador Lacerda Aguiar examina a necessidade de medidas para o desenvolvimento da agricultura, medidas que exigem o correspondente amparo aos que trabalham na terra.



Conferência Agrária no Maranhão

ESTA marcada para os dias 14, 15 e 16 de dezembro próximo, em São Luís, uma Conferência Agrária que reunirá representantes de lavradores e trabalhadores agrícolas do Maranhão, e que discutirá importantes problemas relacionados com a necessidade de uma reforma agrária e com outras reivindicações dos que trabalham na terra.

A Conferência foi convocada em manifesto assinado por numerosas personalidades, entre as quais os deputados Raimundo de Araújo Nobre, Manuel Gomes, José Machado, Manuel Vera Cruz Marques, Maurício Jansen, José Mário de Araújo Carvalho, José Maria Carvalho, Giordano Mochel Raimundo Bastos, Evandro Costa, Lauro Berredo Martins e José Baima Serra, além de líderes sindicais, agrônomos, etc.

QUESTÕES DO TEMÁRIO

O manifesto afirma principalmente que entre

as causas fundamentais do atraso de nossa agricultura, o latifúndio é o maior responsável, o principal causador da miséria do nosso homem do campo e da estrutura falsa, sem base, errada, de nossa economia rural". Acrescenta: — "É a reforma agrária é o remédio indicado contra o latifúndio, ou seja a providência que, fazendo cessar sobre o homem rural a exploração dos grandes proprietários de terra, dará ao nosso país uma nova feição agro-pecuária, de bem-estar e conforto ao homem rural e do progresso ao Brasil."

Para o tomário da Conferência o manifesto sugere as seguintes questões:

1) — reforma agrária nas bases do projeto apresentado à Câmara Federal pelo dep. Nestor Duarte;

2) — modificação completa da lei de terras do Estado do Maranhão (decreto nº 385-A, de 30 de julho de 1946);

3) — cumprimento e aplicação das vantagens concedidas pelo Ministério da Agricultura aos agricultores inscritos no Registro de Lavradores e Criadores;

4) — cumprimento das leis que garantem aos trabalhadores agrícolas o direito traduzido pela carteira profissional, regime de 8 horas de trabalho, pagamento de horas extras, salário-mínimo, férias, repouso semanal, licença à mulher gestante, abolição da meia, da terça e de outras formas idênticas de exploração, inclusive os "vales", etc.

PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Nos mais importantes municípios do Estado os camponeses estão participando de atos preparatórios da Conferência. Em Capinzal cerca de seiscentos camponeses participaram de uma assembleia, discutindo democraticamente importantes problemas e reivindicações, que serão levadas à Conferência Estadual. Em Caxias, onde há duas organizações camponesas, a preparação do conclave vem-se desenvolvendo desde várias semanas, esperando-se que numerosa delegação do município compareça à reunião de São Luís.

ASSALARIADOS DE CATANDUVA LUTAM PELO SALÁRIO-MÍNIMO

CATANDUVA (S. P.) (Do correspondente) — Protestando contra a fome e exigindo o pagamento do salário-mínimo, cerca de 500 assalariados agrícolas deste município paralisaram o trabalho e dirigiram-se à cidade, carregando seus instrumentos de trabalho. Ali, procuraram o prefeito, mas este se recusou a recebê-los, afirmando que o assunto era da alçada do representante do Ministério do Trabalho (o promotor público). O fiscal-geral Sebastião Pereira propôs então que os trabalhadores indicassem uma comissão para falar com o promotor público, o que foi feito. No Fórum local, a comissão en-

cabeçada pelos srs. José Lito de Aquino e José Garcia apresentou ao promotor público e ao juiz de direito sua reivindicação: o pagamento do salário-mínimo, já que os fazendeiros pagam Cr\$ 50,00 aos homens e Cr\$ 35,00 às mulheres, o que é inteiramente insuficiente para suas necessidades mínimas.

O promotor respondeu dizendo que eles deviam voltar para o trabalho, pois têm pleno direito ao salário-mínimo, e que deviam entregar-lhe os nomes e endereços dos fazendeiros que recusassem a cumprir o decreto do presidente Kubitschek. A comissão redarguiu que em 1955 haviam feito isso, mas

de nada valera, e que agora os trabalhadores não estavam mais dispostos a ser enganados. Iriam, inclusive, a medidas extremas na defesa do seu direito. O juiz de direito, então, disse que eles têm direito ao mínimo e que poderiam até recorrer às medidas extremas se a justiça não resolvesse o problema, tendo o promotor afirmado ainda que os fazendeiros têm que pagar Cr\$ 132,00 por dia, pois não pagam o repouso semanal. Diante dessas garantias, os assalariados regressaram às suas casas dispostos a conquistar a vitória.

A Coesão Leninista do Partido

(Conclusão do editorial do «Neues Deutschland»,
órgão do Partido Socialista Unificado da Alemanha)

Algumas decisões errôneas relativas ao problema da legalidade socialista estão estreitamente ligadas à falsa explicação teórica do agravamento obrigatório da luta de classe no curso da construção vitoriosa do socialismo e de seu coroamento.

Sabese que o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética refutou essa teoria de Stálin. Todos nós partimos de novos conhecimentos e respondemos as questões da luta de classes examinando as forças e as reservas que a classe operária, em aliança com o campesinato laborioso, e ganhando as camadas médias para a causa da classe operária, pode mobilizar.

Na III Conferência do Partido demonstramos teoricamente a maneira pela qual podemos repelir as forças do inimigo e que aspecto da luta devemos, no futuro, conduzir com vigor e consequência. Ademais, descobrimos forças e reservas ainda existentes, em particular entre as camadas médias, que devemos atrair para as posições da classe operária e ganhar para a construção do socialismo. Isto significa que é preciso abrir maiores possibilidades para reduzir as posições do inimigo, para enfraquecer sua influência entre certas camadas da população da R. D. A. Assim, nosso Partido fez, por seu lado, as correções necessárias à tese de Stálin, que se revelou falsa, sem que tenhamos violado os princípios leninistas da vigilância para com o inimigo.

Com efeito, Lênin dizia que um Estado operário e camponês não deve jamais tolerar dúvidas sobre sua capacidade de responder resoluta e impiedosamente ao terror do inimigo. Ao mesmo tempo, Lênin exigia empregar este rigor unicamente contra os verdadeiros inimigos da classe e não contra os que cometiam erros, que se enganavam e que podiam ser ganhos, devido mesmo a nossas forças sempre crescentes, para a causa do socialismo, para a vida nova.

Hoje que o poder de nossa República cresceu, que as conquistas da RDA se tornaram um elemento poderoso de atração e de confiança para todas as camadas de nossa população e se tornarão ainda mais no futuro, podemos recomendar certas revisões de decisões judiciais. Isto não significa que não se deva usar o direito moral de nosso poder operário e camponês contra os adversários de nossas conquistas e da construção do socialismo.

Não temos cuidado com bastante rigor da garantia consequente da legalidade democrática, não temos utilizado bastante o fator educação com os que infringem nossas leis.

Nosso Comitê Central aplica com consciência e reflexão e em função da evolução, todas as revisões e correções necessárias no interior do Partido e no domínio da vida democrática do poder operário e camponês. Nossas recentes medidas se baseiam na maturidade marxista-leninista de nosso Partido, na solidez ideológica de nossa classe operária e na força e potência de nosso poder operário e camponês.

A Comissão encarregada pelo CC de verificar os casos de membros ou ex-membros do Partido, apresentou suas recomendações ao Bureau Político. Este dará a todo membro do Partido, que se considere ferido, em seus direitos, a possibilidade de apresentar nova petição. Todas as direções do Partido são obrigadas a verificar as relações dos camaradas que, em seu desenvolvimento, sofreram uma crise, seja por causa de suas próprias faltas, seja por causa de decisões injustas das organizações do Partido. Trata-se de esclarecer de modo fraternal seus casos e de ajudá-los a reencontrar o caminho do Partido e da classe operária e de, se são inocentes, reabilitá-los.

Que é preciso, pois, fazer? É preciso que os membros do Partido e todos os que tributam confiança ao Partido compreendam que a tarefa mais importante do CC, ao aplicar as novas noções, é dirigir este processo de maneira consequente. Não existe bre-

cha em nosso desenvolvimento, nem ocasionada por acontecimentos internos, nem provocada pelo exterior, e uma brecha não é obrigatoriamente necessária.

Todas as decisões da direção do Partido são discutidas e decididas coletivamente. O mesmo se passa com as decisões do Conselho de Ministros.

Trabalhamos e lutamos sempre para evitar as faltas, o que não exclui a possibilidade de que no curso do trabalho de direção e na aplicação das decisões possam sobrevir faltas. Quem tiver acompanhado objetivamente a política do Partido Socialista Unificado da Alemanha, desde 1946, é obrigado a reconhecer que as condições nas quais nós avançamos são, em muitos pontos, bastante mais complicadas do que em outros países que marcham para o socialismo.

A linha geral do Partido era e é justa. Marchamos para a frente na construção do socialismo.

Quando falamos da coesão leninista de nosso Partido, pressupõe-se que estamos convencidos de que um imenso processo de crescimento no sentido do leninismo, operou-se. Se o marxismo foi uma revolução na concepção da sociedade, nosso Partido pôde convencer-se de que o leninismo não pode ser separado do marxismo, pois ele nos forja as armas para construir a vida nova.

Como Partido de novo tipo, somos obrigados a assegurar sempre a necessária liberdade de crítica e autocritica e garantir, sob todos os pontos de vista, as normas leninistas da vida do Partido.

Ao mesmo tempo, devemos cuidar atentamente de que a atual etapa de evolução de nosso Partido para uma maturidade e uma capacidade maiores não seja utilizada num mau sentido com a propagação de concepções retrógradas e adversas que não ajudam a esclarecer a evolução ideológica e sim, ao contrário, freia e faz nascer a confusão nas fileiras do Partido.

Não somos os únicos a saber — nossos inimigos não o ignoram — que influência profunda e mobilizadora exerce em toda a Alemanha nossa audaz edificação de uma vida nova, de progresso, Socialista. Esta a razão pela qual os inimigos não perdem ensejo de agravar a situação, de criar nas fileiras do Partido certo nervosismo, de desviar os camaradas e as massas populares de nossas tarefas essenciais, de desfigurar o papel dirigente do Partido na vida social e de excitar o ódio contra as personalidades dirigentes, contra o CC do Partido, de maneira baixa e ignóbil. Fazendo assim, nossos adversários contam com elementos que entre nós acolhem com cinismo, indiferença ou maligna alegria as debilidades e as dificuldades de nossa evolução, assim como as faltas por nós cometidas.

Eis porque o Partido deve lutar cada vez mais para elevar e aperfeiçoar a consciência socialista de seus membros, velar pelo fortalecimento de sua capacidade política e para que os camaradas sejam exemplos vivos para o conjunto dos trabalhadores.

Um estreito contacto consciente das centenas de milhares de jovens membros do Partido com a história do movimento operário alemão, que está em vias já de se tornar sua própria história, assim como um contacto sólido com a essência mesma das decisões tomadas em nossos congressos e pelo CC, são necessários.

«Não deveis assimilar apenas esses conhecimentos. Precisais examiná-los do ponto de vista crítico a fim de não atravancar vosso cérebro inutilmente, e sim enriquecê-lo com os conhecimentos de, todos, os fatos que são indispensáveis ao homem culto de hoje». (Lênin - Obras Completas, tomo 25, pág. 479).

É preciso organizar, no seio do Partido, intercâmbio de opiniões, não sobre a forma

e os fenômenos exteriores, e sim sobre a aplicação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

É preciso pronunciar-se enérgicamente contra o surgimento de fenômenos tais como o fato de que certos camaradas não querem reconhecer a diferença entre as amplas massas de sem-partido e eles mesmos. Nós apreciamos os camaradas, como membros da vanguarda da classe operária, e seu papel de combatentes conscientes e lutadores superiores pela causa do socialismo. Eis por que nos erguemos contra as tentativas oportunistas de colocar o Partido na mesma categoria das amplas massas. Por conseguinte, colocamos a questão do conteúdo da crítica e autocritica e sua conformidade com as questões desenvolvidas por nosso Partido de forma criadora e crítica na III Conferência do Partido. Nas discussões e intercâmbio de opiniões no seio do Partido, nas explicações sobre a política do Partido, não se pode jamais perder a orientação bolchevique. Lênin dizia:

«Não somos um clube de discussões... Devemos, em primeiro lugar lutar nas condições mais difíceis e, por conseguinte, devemos unir-nos firmemente». (Lênin - Obras Escolhidas em 12 volumes - Moscou, 1936 - pág. 136).

Uma das particularidades mais características da coesão leninista do Partido é o fato de que nenhum membro do Partido deve jamais violar os princípios fundamentais do marxismo-leninismo. No período atual em que reina uma atmosfera poderosa, criadora e crítica no seio dos partidos comunistas e operários, em que se condena com franqueza os erros cometidos, acontece também que membros do Partido creem servir ao Partido fazendo-se porta-vozes de críticas retrógradas impregnadas da ideologia burguesa. Eles não compreendem que o sentido da crítica em nossa evolução consiste no fortalecimento da classe operária e de sua ideologia, em tornar a ideologia socialista superior à ideologia burguesa capitalista.

O discurso do Sr. Kubitschek

O discurso pronunciado pelo sr. Juscelino Kubitschek no dia 27 teve o efeito, que terão sempre, quaisquer concessões aos inimigos das liberdades e do progresso nacional: não aplacou os manobristas golpistas nem conseguiu fortalecer o apoio popular de que necessita o atual governo para assegurar a legalidade democrática e enfrentar os graves problemas do país.

A concessão feita pelo sr. Kubitschek é a repetição de uma sermão propaganda anticomunista, difundindo versões desmoralizadas sobre um acontecimento histórico como a insurreição nacional-libertadora de novembro de 1935. Evidentemente, pode-se ter os mais diversos pontos de vista sobre aquele acontecimento histórico — justificá-lo ou condená-lo. O que é injustificável é caluniá-lo, espalhando as versões divulgadas por conhecidos inimigos da democracia e da independência nacional sobre supostos «assassínios de camaradas que dormiam», etc. Nosso povo, nestes 21 anos, teve oportunidade de julgar, através de sua própria experiência, a significação do movimento de 27 de novembro de 35 como tentativa de erguer uma barreira contra a marcha do fascismo em nosso país e contra a ditadura liberticida que, pouco mais tarde se instauraria com o golpe estadonovista. Não é, por isso, deturpando os fatos, que se conseguirá modificar este julgamento, ou que se homenageará os que tombaram, então, julgando defender uma causa justa.

Outra concessão do sr. Kubitschek às intrigas golpistas é incluir os comunistas entre os que ele chama de agentes da subversão. O sr. Kubitschek não pode deixar de ver que, precisamente os comunistas, têm sido dos mais decididos defensores das franquias constitucionais, dos mais firmes combatentes contra os que pretendem desencadear no país a baderna golpista, dos que, defendendo os interesses do povo e da soberania nacional, têm procurado dar o apoio necessário àqueles que, dentro e fora do governo, procuram realizar uma política democrática e de progresso nacional. Pretender, portanto, apresentar os comunistas como opostos aos sentimen-

Ao mesmo tempo, os métodos da direção e da orientação ideológica das trocas de opinião e o esclarecimento dos problemas da atividade do Partido revestem-se de grande importância. Isto é particularmente válido para o trabalho dos militantes ativos das direções de regiões e seções. Os secretários do Partido devem ajudar a que nos organismos dirigentes, assim como nas reuniões dos grupos de base, um franco intercâmbio de opiniões tenha lugar, ao aplicar-se as decisões da III Conferência do Partido e nas questões que não estejam ainda muito claras para certos camaradas. É preciso deliberar, explicar o que não está claro nas reuniões do Partido, a fim de que a organização do Partido possa tomar posição de modo coeso. É necessário ocupar-se minuciosamente das reflexões dos membros do Partido. É preciso dar prova de paciência, não encarar com reserva ou desconfiança os membros do Partido que exprimem certas dúvidas ou que colocam questões para obter explicações. Seria falso partir do princípio de que um membro do Partido que exprime um ponto de vista errôneo, até mesmo concepções influenciadas pelo adversário, age desonestamente. Não temos o direito de censurá-lo como desonesto. Devemos ajudá-lo, trabalhar com ele, atraí-lo, num lapso de tempo mais ou menos longo, a adotar os pontos de vista do Partido estabelecidos na III Conferência. Quanto aos membros do Partido que lutam pela aplicação da linha do Partido e que são conscientes do sentido dessa linha, devem evitar a agravação das relações de um camarada vacilante em face do Partido. Não deve tolerar, entretanto, que as questões sejam postergadas. O trabalho de persuasão paciente nada tem a ver com o espírito de conciliação nas questões ideológicas.

Esta prática se manifesta muitas vezes ainda no Partido. Ela deve ser condenada. É preciso marchar pelo caminho da persuasão e atuar de sorte que se possa enfim diferenciar claramente, em cada coletivo de nossos efetivos, as posições de partido e a nociva obstinação nas concepções adversárias.

A coesão leninista do Partido significa luta pela linha geral do Partido, como foi novamente confirmada na III Conferência do Partido; a coesão leninista significa trabalho ideológico e organizador ativo na construção do socialismo.

tos de nosso povo e às forças que se batem pela legalidade democrática no país é justificar, impensadamente, as arremetidas dos bandos golpistas contra a Constituição e a ordem pública. Não é por acaso que o golpismo levanta neste momento a bandeira do anticomunismo. É que verifica, precisamente, que os comunistas constituem um dos fatores importantes da resistência popular à baderna golpista e às investidas contra as franquias constitucionais.

O sr. Kubitschek conhece a gravidade dessas arremetidas e a advertência que em seu discurso, dirigido aos baderneiros foi justa e oportuna. Certamente o sr. Kubitschek encontrará o apoio e a solidariedade das grandes massas de nosso povo para esmagar qualquer arremetida golpista, desde que compreenda a insatez de procurar dividir, através de discriminações ideológicas absurdas, as amplas forças que se colocam em defesa da Constituição e da legalidade democrática.

A UNIDADE DO...

(CONCLUSÃO DA 5.ª PAG.)

alguns setores do Partido. A vigência do sistema do culto à personalidade, entre nós, levou à deformação de certos militantes, que se transformaram em carreiristas "aprendendo" que deviam abdicar de pensar e concordar sempre com a direção superior ou com o assistente, para subir de postos ou conservar os cargos, ou então em burocratas que não sabem fazer outra coisa senão assistir reuniões, marcar "pontos" e levar ou trazer recados. Esse tipo de burocratas que vicejou entre nós lembra uma lúcida caracterização feita por Gilberto Amado: "Há homens que despendem uma existência afanosa e chegam ao fim dela sem ter realizado um centil da sua alma. Na sua pressa delirante, estiveram parados. O que agiu nêles foram os braços, as pernas, tudo o que lhes não é próprio, porque pertence à espécie". É isto ou não a negação do homem novo que o movimento socialista visa criar em todos os países, a serviço da mais nobre das causas?

☆

Nos morros a falta d'água é permanente. A água é carregada na cabeça, a grandes distâncias, para todas as necessidades.



É de 870 milhões de litros a disponibilidade de água na Capital da República, mas uma distribuição inadequada impede que ela chegue aos consumidores — Copacabana dispõe de 340 litros diários por habitante, mas o bairro vive em regime de seca permanente — Uma solução imediata para a crise no abastecimento de água ao Distrito Federal deve ter em vista melhorar o sistema de distribuição do precioso líquido

PORQUE FALTA AGUA NO RIO?

VOZ OPERÁRIA

N.º 394 — Rio de Janeiro, 1.º de Dezembro de 1956



que, há mais de trinta anos, realizou um estudo minucioso do problema do abastecimento do Rio — têm afirmado e demonstrado que o que falta, na Capital da República, é um distribuição racional da água existente. Essa conclusão é aceita, hoje, em geral, pelos técnicos que se dedicaram ao estudo do problema. Muitos entre estes afirmam: a crise no abastecimento d'água no Rio se deve à ausência de uma distribuição adequada.

E o fato é que a crise se agrava à medida em que o Departamento de Águas da Prefeitura do Distrito Federal anuncia novos reforços ao fornecimento.

ÁGUA NÃO FALTA

Segundo cálculos do prof. Henrique Novaes, em 1924 o D. A. dispunha de 261.000.000 de litros d'água (números redondos) para uma população de 1.278.225 habitantes. Dispunha, portanto, de uns 60 milhões de litros menos do que o necessário (orçado em 321.048.800 litros) e, mesmo assim, não havia — salvo casos esporádicos — falta d'água. Porque a distribuição, se bem que não fosse exemplar, não era, contudo, irracional. Hoje, a situação é diferente.

Atualmente, para uma população inferior a 3.000.000, o Rio dispõe de 870.000.000 de litros d'água (números redondos), incluindo a parte aduzida do Guandu. Isso quer dizer, de acordo com os cálculos do prof. Henrique Novaes (em geral aceitos pelos técnicos), que o D. A. dispõe de perto de 200.000.000 de litros além do necessário para assegurar, mediante uma distribuição adequada, o abastecimento da cidade.

Apesar disso, é calamitosa a situação do abastecimento. Porque a distribuição é inadequada.

UMA POLÍTICA INVERSA

A política do governo municipal, porém, tem sido voltada para o problema da adução, pretendendo resolver a crise do abastecimento com o reforço do sistema de adução direta. Nas cidades onde o serviço de água é regular, é grande a capacidade de acumulação. O volume de água acumulado nos reservatórios de Los Angeles dá para o consumo de 180 dias. Em Nova York, para 72 dias. No Rio, a capacidade de reserva do Departamento de Águas dá apenas para 2 horas e 40 minutos. No Rio, qualquer acidente em uma adutora deixa completamen-

te sem água toda a zona servida pela mesma, até que se repare o acidente...

Se somarmos a falta de reserva ao tumulto na distribuição, teremos um quadro explicativo da crise de água na Capital da República.

RESERVATÓRIOS INUTILIZADOS

Os reservatórios do Rio desempenham um papel de muito pouca importância no sistema de abastecimento — um sistema que não leva na devida conta a importância da distribuição. O reservatório de Pedregulho, base de toda a distribuição da zona mais densamente habitada da cidade, é antigo, foi inaugurado por D. Pedro II. Outros reservatórios não são utilizados ou são parcialmente. O reservatório do Morro do Inglês (Laranjeiras) está completamente fora de carga. Os reservatórios do Morro da Viúva, da Penha, do Tanque (Jacarepaguá) e Santos Rodrigues (Morro de São Carlos, Estácio), são apenas parcialmente utilizados.

Segundo se informa, a capacidade de acumulação do D. A. é de 356 milhões e 500 mil litros. Mas isso apenas teoricamente. Na prática, tal é a balbúrdia introduzida na distribuição que grande parte dos reservatórios não pode ser totalmente utilizada e o volume d'água realmente acumulado nestes deve andar pelos 180 milhões de litros. Isso corresponde (para uma adução de 870 milhões de litros) a uns 0,20 do consumo diário.

Alega-se que a plena utilização dos reservatórios importaria em grandes despesas. Estas, porém, seriam muito menores que as exigidas (e feitas) pela Prefeitura para a execução de sua atual política de abastecimento. O fato é que reservatórios estão sendo estragados pelo tempo, enquanto vão crescendo as necessidades (e despesas) para seu reparo. Dentro de pouco tempo, os atuais reservatórios exigirão, para reparos, muito mais do que agora. Um outro problema é o da perda. Esta é calamitosa. Sabe-se, por exemplo, que na elevatória de Acari há um

vasamento que resulta em uma perda diária de 40 milhões de litros. É enorme a perda também em outros locais, inclusive em consequência das instalações deficientes, sem excluir, no caso, os próprios edifícios residenciais.

ESTUDAR SOLUÇÕES CONCRETAS

Parece-nos que o imediato, em relação ao abastecimento d'água no Rio, é enfrentar o estudo de medidas que venham solucionar o problema da distribuição, tornando-a racional. É necessário partir

de que existe uma quantidade de água bastante para abastecer a cidade (Em Copacabana, por exemplo, onde vigora o regime de seca nas torneiras, a disponibilidade calculada de água é, em média, de 340 litros diários per capita, mais do que suficiente!) O plano do engenheiro Vicente Pinho Pessoa, para normalização do abastecimento da zona sul da capital, constitui, sem dúvida, uma base para estudos — estudos que, segundo indicam os fatos, devem ter em vista racionalizar e controlar a distribuição e o consumo da água disponível, que é bastante para abastecer o Rio.

HÁ DEZENAS DE ANOS o povo carioca sofre o martírio da falta d'água. Mas, apesar de ser este um problema angustiante e apesar dos protestos da população, até hoje o poder público não lhe deu uma solução que, mesmo provisória, lhe permitisse encarar a realização planejada de um conjunto de medidas capazes de solucionar, em definitivo, a grave situação do abastecimento à Capital da República.

A verdade é que, até hoje, centenas de milhões de cruzeiros continuavam sendo gastos, negociatas continuavam sendo feitas, obras continuam sendo construídas e inauguradas, enquanto a população do Rio vê a falta d'água sempre agravar-se. No momento — como, aliás, em todos os momentos — os jornais noticiam o agravamento do problema na zona sul. E ele se agravará ainda mais, em toda a cidade, ao chegar o verão que se aproxima, quando aumentará consideravelmente a necessidade de consumo e a esliagem determinará a redução das fontes naturais de abastecimento.

PORQUE FALTA ÁGUA NO RIO?

No abastecimento de uma cidade há dois problemas básicos a encarar e resolver: a adução e a distribuição. Mas, se é importante aduzir, mais importante ainda é distribuir. Uma distribuição inadequada, mal feita, irracio-

nal, pode determinar o colapso no abastecimento da população, embora exista água em abundância nos mananciais.

Técnicos de reconhecida idoneidade — entre eles o professor Henrique Novaes



A Prefeitura gastou centenas de milhões de cruzeiros para construir a adutora (segunda) do Ribirão das Lages. A companhia americana Tetracap (cuja intervenção no problema da água no Rio é uma história de negociatas) empregou material condenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia. Os tubos frequentemente arrebentam, obrigando a novas despesas e deixando milhares de pessoas sem água. Na foto, a substituição de um dos tubos (arrebentado) da adutora.